



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DIVALDO ANTONIO MARCELLO DA FONSECA SOUZA

O SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO:
UMA ANÁLISE DO TRABALHO PROFISSIONAL NA EXECUÇÃO PENAL

BRASÍLIA – DF

2016

DIVALDO ANTONIO MARCELLO DA FONSECA SOUZA

**O SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO:
UMA ANÁLISE DO TRABALHO PROFISSIONAL NA EXECUÇÃO PENAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.**

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli

BRASÍLIA – DF

2016

MSO729 Marcello da Fonseca Souza, Divaldo Antonio
 O SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO: UMA ANÁLISE
 DO TRABALHO PROFISSIONAL NA EXECUÇÃO PENAL /
 Divaldo Antonio Marcello da Fonseca Souza; Orientador: Reginaldo
 Guiraldelli. -- Brasília, 2016.
 83 p.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -- Universidade de
Brasília, Bacharel em Serviço Social, 2016.

1. Serviço Social – Sociojurídico. 2. Assistente Social – Trabalho
Profissional. 3. Serviço Social – Execução Penal. I. Guiraldelli,
Reginaldo, orient. II. Título.

DIVALDO ANTONIO MARCELLO DA FONSECA SOUZA

**O SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO:
UMA ANÁLISE DO TRABALHO PROFISSIONAL NA EXECUÇÃO PENAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Brasília, 05 de julho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli
Departamento de Serviço Social – UnB
Presidente

Prof^ª. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social – UnB
1ª Examinadora

Prof^ª. Dra. Luciana de Castro Álvares
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
2ª Examinadora

Dedico este trabalho a minha amiga, companheira e esposa, Talyta, a melhor incentivadora que eu poderia ter; ao meu orientador, Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli, pelos conhecimentos compartilhados e pelas conversas instigantes; e a todas as pessoas encarceradas, em prisões físicas ou em carceragens emocionais: que elas sejam livres para ser tudo o que podem e querem ser.

AGRADECIMENTOS

“Nas nossas vidas diárias, devemos ver que não é a felicidade que nos faz agradecidos, mas a gratidão é que nos faz felizes.” Albert Clarke, futebolista, 1916-1944.

Agradeço a Deus por ter me proporcionado, desde a mais tenra idade, uma percepção crítica diante da complexidade da vida. Que eu continue não somente cultivando essa percepção, mas principalmente correspondendo-a com decisões efetivas que melhorem a caminhada, a minha e a dos demais. *Deus, obrigado por ser meu Pai. Que eu seja tudo o que você sonhou pra mim!*

Sou muito grato a minha esposa, M^a. Talyta Marcello, incentivadora incansável, companheira de jornada e amiga em todos os momentos. Acreditar como ela na minha capacidade me faz concluir que realmente nosso relacionamento é muito especial, apesar de todos os desafios que enfrentamos. *Talyta, vamos continuar nossa caminhada até nosso dia ser perfeito!*

O que falar dos familiares, sobretudo dos primos/cunhados *Moreirinhas*? Muito grato pelas palavras de incentivo e pelas orações!

O apoio dos amigos Paulo Henrique e Herbert Otto também foi de grande importância para que meu caminhar fosse aliviado de algumas cargas que se apresentaram.

Um obrigado especial aos chefes e colegas de trabalho pelo apoio recebido ao longo desses anos. Ao Prof. Fernando Freitas de Melo, juntamente com os demais colegas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que no início do curso me impulsionaram a prosseguir no sonho de me formar na UnB. E, atualmente, ao Exmo. Sr. Juiz de Direito Marco Antônio do Amaral, bem como os(as) integrantes da Quinta Vara de Família de Brasília, pela compreensão e incentivo em minha reta final de curso, sobretudo Lina Cardim Barros, a melhor diretora de secretaria do TJDF!

Uma palavra de imensa gratidão às colegas-supervisoras (ou seria *supervisoras-colegas*?) da Seção Psicossocial da VEP/DF, Maria Cristina Vidal Cardoso, Fabiana Jardim Sena Pacheco e Simone Soares, pelas orientações, pelo acolhimento e pela paciência dispensada a um estagiário tão complexo como eu. Agradeço também à Exma. Sra. Juíza de Direito Leila Cury por franquear gentilmente o acesso às dependências da VEP, facilitando assim o presente trabalho.

Agradeço grandemente aos docentes fantásticos e servidores da UnB que conheci em meu caminho acadêmico: todos foram brilhantes e marcantes em minha trajetória. Dentre eles e elas, gostaria de destacar: Adrianycce, Alexandre, Andréia, Carolina Cassia, Débora Diniz, Ivanete Boschetti, Karen, Leonardo, Lucélia, Marcela, Marco Julián, Maria Lúcia Lopes, Marlúcia, Morena, Newton, Oviomar, Priscilla, Rafaela Cyrino, Silvia Yannoulas, Valdenízia e Yuri Maluf. E, no último e marcante semestre: Camila, João Luiz, Manoel e Rita de Cássia.

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli. Acho que ele não nunca terá a real percepção de como sua compreensão me incentivou a, mesmo diante de limitações pessoais e desafios externos, superar todos os prognósticos contrários e me esforçar para entregar o melhor de mim. Muito grato!

Por fim, agradeço a todas e todos colegas de curso que compartilharam o ônus e o bônus, a dor e o sabor, as respostas e as dúvidas de uma formação tão instigante, com conteúdos sobremaneira complexos e desafiadores, como é o Serviço Social.

“O homem não existe em razão da lei, mas a lei existe
em razão do homem [...].”
Karl Marx (2010) – 1843 D.C.

“O sábado [a lei] foi feito[a] por causa do homem, e
não o homem por causa
do sábado [da lei].”
Jesus Cristo de Nazaré – \cong 30 D.C.

SOUZA, Divaldo Antonio Marcello da Fonseca. **O Serviço Social no sociojurídico: uma análise do trabalho profissional na execução penal.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2016, 83f.

RESUMO

O sociojurídico apresenta-se como relevante espaço ocupacional do assistente social, consubstanciando-se como oportunidade de sua inserção ao procurar contribuir para a garantia de acesso a direitos e políticas públicas. Analisar a relevância do Serviço Social consolidará sua indispensabilidade no processo de ressocialização de pessoas em situação de apenadas, numa sociedade marcada pela desigualdade, injustiça, preconceitos e ineficiência estatal. O escopo deste trabalho é a análise do Serviço Social no sociojurídico, dentro do Poder Judiciário, na Execução Penal, como integrante do sistema prisional do Distrito Federal. Considerou-se o Serviço Social no Estado Penal, o qual carece de mudanças extensas para transpor o padrão punitivo em vigor nos estabelecimentos prisionais. Além da pesquisa teórica, procedeu-se uma breve análise exemplificativa e subjetiva de relatórios produzidos por assistentes sociais que atuam na Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal. Observou-se, na análise, o papel ora protagonista, ora coadjuvante, do Serviço Social, inerente aos demais atores que compõem o complexo e contraditório sistema penal.

Palavras-chave: Serviço Social. Sociojurídico. Trabalho Profissional. Execução Penal.

LISTA DE SIGLAS

CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
InfoPen	Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (sistema gerido pelo Ministério da Justiça).
LEP	Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
SESIPE	Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.
SEVEP	Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal.
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
VEP/DF	Vara de Execuções Penais do Distrito Federal.
VEPERA/DF	Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto do Distrito Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	12
2 A EXECUÇÃO PENAL E O SOCIOJURÍDICO NO DISTRITO FEDERAL	21
2.1 O Estado Penal e a execução penal.....	21
2.2 O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e a Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais	25
3 O SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO	31
3.1 O Sociojurídico como espaço profissional do Assistente Social.....	31
3.2 Uma breve análise da prática profissional no Sociojurídico	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	46-83

INTRODUÇÃO

A atuação profissional do(a) assistente social apresenta-se como oportunidade de sua inserção, assim como em todas as instâncias nas quais ele(a) é demandado(a), possibilitando demonstrar sua relevância cada vez maior numa sociedade marcada pela desigualdade, injustiça, preconceitos e, por que não dizer, ineficiência estatal. O(a) assistente social é o(a) profissional que, dentre outras atribuições, procura contribuir para a garantia de acesso a direitos e políticas públicas, objetivando a consolidação da cidadania por parte do público usuário¹.

O sociojurídico² consubstancia-se como relevante espaço ocupacional do assistente social e é conceituado como a intervenção do Serviço Social “com o universo do jurídico, dos direitos, dos direitos humanos, direitos reclamáveis, acesso a direitos via Judiciário e Penitenciário.” (BORGIANNI apud CFESS, 2014, p. 11), apresentando-se, então, como solo fértil para o seu desenvolvimento profissional.

Além de ser um promissor espaço de atuação para o(a) assistente social, a experiência deste discente no sociojurídico, por ocasião do Estágio Supervisionado, possibilitou observar o quanto é essencial a presença de um assistente social na referida área, sobretudo no que se relaciona à execução penal.

Nessa experiência observou-se que, no contexto da iniciativa do Estado (nesse momento representado pelo Judiciário) de possibilitar e fomentar a reinserção de reeducandos(as) no convívio social, o Serviço Social (com sua inerente atuação interventiva) permite uma análise crítica, apresentando-se como saber intelectual e prática profissional de grande importância. Analisar essa relevância consolidará a indispensabilidade do(a) assistente social no processo de ressocialização dos(as) internos(as), neste caso, do sistema prisional do Distrito Federal.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a relevância do Serviço Social no sociojurídico, que se concretiza na atuação profissional das assistentes sociais da Seção

¹ Para efeito deste trabalho, *público usuário* consiste em pessoas que estão em processo de ressocialização ou reinserção social, cumprindo pena restritiva de direito ou privativa de liberdade, com condenação transitada em julgado (preso/a definitivo/a), podendo ser referenciadas apenas por usuários(as), apenados(as), reeducandos(as), pessoas em cumprimento de pena, indivíduos sociais, dentre outros. Ressalta-se que não entraremos na discussão ideológica ou moral dos referidos termos, nem se é correto conceitualmente utilizar os termos *ressocializar* ou *reinsserir*, uma vez que este trabalho não aprofundará tais debates.

² A palavra *sociojurídico* será utilizada sem ser antecedida pelos termos *campo*, *sistema*, *âmbito*, *área*, *esfera* ou outros (e suas respectivas adequações gramaticais), uma vez que há, ainda, discussões sobre a utilização desses termos, a exemplo do que Borgianni (2013, p. 408) suscitou ao escrever que “após estudos recentes venho desenvolvendo a compreensão de que a esfera do ‘jurídico’, antes de configurar-se como um campo específico configura-se, para nós, assistentes sociais, como uma área de atuação e também de produção de conhecimento (a área sociojurídica).”.

Psicossocial (SEVEP) da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP/DF) que, sobretudo por meio do instrumento denominado relatório técnico (elaborado a partir da realização de entrevistas e visitas domiciliares), proporcionam acesso aos direitos civis e sociais³ que são devidos às pessoas em cumprimento de pena.

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa e norteada pela concepção histórico-dialética, perpassou pela análise bibliográfica e documental e pelo ciclo de pesquisa qualitativa que abarca as etapas de exploração, trabalho de campo e análise do material (MINAYO, 2009, p. 26) produzido pelas assistentes sociais da frente de trabalho de Penas Privativas de Liberdade (PPL)⁴ da SEVEP.

Será apresentado no primeiro capítulo um breve histórico do Serviço Social no Brasil, sua gênese e desenvolvimento, bem como o trabalho do(a) assistente social.

O segundo capítulo trará um esboço da instituição do Estado Penal brasileiro, bem como a estrutura estatal que consolida essa configuração, no que tange à execução penal, exemplificada, no caso desta pesquisa, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

Por fim, no terceiro capítulo, será apresentado o sociojurídico como espaço profissional do assistente social, intencionando-se configurar uma interseção entre Serviço Social e Direito, correlacionado à execução penal, concernente ao Poder Judiciário⁵. Também serão apresentadas as configurações específicas de trabalho na SEVEP da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP/DF), bem como os achados nas análises realizadas.

No trabalho de campo analisamos processos que continham o documento denominado *relatório* elaborado pelas assistentes sociais da PPL. A escolha desses processos foi feita levando-se em consideração aqueles que continham, sobretudo, sugestões das profissionais no que se refere a intervir no atendimento de demandas dos(as) usuários(as). Analisou-se também outros documentos que julgou-se interessantes para contextualizar os trâmites processuais na execução penal no Distrito Federal.

A análise documental se deu em uma dimensão que focou nos referenciais teórico-

³ A pessoa em cumprimento de pena tem direito relativo aos direitos disponíveis, pois não está em gozo pleno de sua cidadania. Cidadania plena englobaria, de acordo com Carvalho (2008, p. 9-10), os direitos políticos, os quais estão suspensos por conta da “condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos” (vide CF/88, artigo 15, inciso III).

⁴ As estruturas do TJDFT, da VEP e da SEVEP são demonstradas mais detalhadamente a partir da p. 25.

⁵ Como veremos no capítulo 2, o Poder Judiciário (representado pela VEP/DF) se limita à análise processual da execução penal (acompanhamento e fiscalização – com o auxílio do Ministério Público – do cumprimento da pena e seus assuntos correlatos), ficando o Poder Executivo (representado pelos estabelecimentos prisionais) responsável por cumprir as determinações judiciais e o acompanhamento pessoal do cumprimento da pena pelo(a) reeducando(a) e a observância de seus direitos.

metodológicos e ético-políticos supostamente presentes nos relatórios elaborados pelas profissionais. Essa análise consistiu na tentativa de identificar elementos que explicitem o caráter interventivo do assistente social por meio do instrumento utilizado, no contexto do sociojurídico.

Observou-se subsidiariamente se as intervenções sugeridas atenderam as demandas apresentadas pelos(as) reeducandos(as). Essa análise se dividiu em três níveis: 1) se a(s) sugestão(ões) contida(s) no relatório foi(foram) considerada(s) na decisão judicial; 2) o acatamento (ou não), por parte da juíza da VEP/DF, em oficiar as instituições envolvidas no atendimento à demanda, caso esta exista; e 3) o atendimento (ou não) da(s) sugestão(ões) por parte do operador terminal⁶ da(s) ação(ões) que visa(m) dar solução ao problema, e se, caso não tenha(m) sido atendida(s), o porquê do não atendimento.

Dessa forma, intencionou-se atender também os objetivos específicos, que se materializam em: 1) analisar o referencial teórico-metodológico e ético-político utilizado nos relatórios; 2) verificar a implementação das sugestões dos encaminhamentos com base nas necessidades sociais dos apenados; 3) identificar a efetivação dos encaminhamentos por parte dos operadores da rede de Execuções Penais; e 4) analisar a contribuição do Serviço Social no âmbito sociojurídico no que se refere à efetivação dos direitos civis e sociais.

⁶ Neste trabalho, *operador terminal* é o profissional ao qual incumbem implementar o direito ou providenciar os meios para que o direito pleiteado seja atendido. Esse profissional é, sobretudo, o que atua internamente nos estabelecimentos prisionais, contemplando diversas categorias profissionais (policiais, agentes penitenciários, profissionais da saúde, assistentes sociais, dentre outros). Pode-se incluir também, se for o caso, profissionais que atuam na rede externa ao sistema prisional (tais como os que atuam no SUS, no SUAS, dentre outros).

1 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL⁷

O surgimento do Serviço Social no Brasil ocorreu no contexto social, político e econômico da década de 1930, no qual o Estado brasileiro viu-se em profundas transformações devido ao vertiginoso processo de industrialização e urbanização. A Igreja Católica assumiu o trabalho de assistência aos trabalhadores e suas famílias que passariam a sofrer ainda mais com as consequências da exploração e precarização do trabalho. Tal situação acabou por impelir o Estado a normatizar as relações de trabalho, regulamentando as atividades profissionais.

Iamamoto e Carvalho ressaltam que

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 89).

A gênese do Serviço Social brasileiro foi resultado da “iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, e tendo como referencial o Serviço Social Europeu” (MARTINELLI, 2011, p. 121-122).

Porém, diferentemente das outras profissões e suas respectivas regulamentações, que foram coercitivamente normatizadas pelo Estado, o Serviço Social foi regulamentado a partir das demandas do proletariado. Ele nasceu como uma profissão contraditória, pois foi uma atividade profissional que surgiu por “iniciativa particular de grupos e frações de classe” favorecidas, tendo por característica a “ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina[ria] prioritariamente” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 135-137).⁸

Nas décadas que se seguiram, o Serviço Social se desenvolveu, legitimando-se enquanto profissão, num contexto no qual se intensificaram as expressões da questão social⁹,

⁷ Pretende-se, em consonância com o propósito da presente obra (um trabalho de conclusão de curso de graduação), apresentar ao leitor uma breve e objetiva visão geral da gênese e do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Assim, sugeriremos, no decorrer deste trabalho, obras de referência para aprofundamento de outros assuntos abordados.

⁸ Para uma compreensão aprofundada de como se operacionalizou historicamente todo esse processo recomendamos a leitura de IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, sobretudo a Parte I, Capítulo I – A Questão Social nas Décadas de 1920-1930 e as Bases para a Implantação do Serviço Social.

⁹ O termo *questão social* é apresentado, neste trabalho, sem destaque visual (aspas ou itálico), pois é compreendido como “a relação entre aqueles que vivem da venda da força de trabalho e aqueles que a compram, tratando-se da disputa pelo valor e pelo tempo do trabalho.”, ultrapassando assim ser apenas “sinônimo de ‘problemas sociais’, ‘disfunções sociais’” (CARDOSO; SOUZA; GUIMARÃES, 2010, p. 248), indo além da “perspectiva reducionista e positivista”, na qual a “questão social aparece [apenas] como problema social, fato social, fenômeno social desvinculado da forma com que a sociedade produz e reproduz as relações sociais” (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 268).

caracterizada pelo embate entre capital e trabalho, no qual o capital procurava “no mercado, segundo suas necessidades, a força de trabalho tornada mercadoria” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011, p. 133-134), explorando-a o quanto fosse possível.

Ainda de acordo com os autores, a questão social seria também a expressão “do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011, p. 83-84).

Vale ressaltar que, para Montañó (2009), o “Serviço Social é uma profissão que [...] tem dedicado um importante espaço intelectual à tentativa de responder sobre as causas de sua origem como profissão e sua legitimação” (2009, p. 19). Assim, a origem do Serviço Social como profissão e sua legitimação é explicada por duas teses contrárias e excludentes: a perspectiva endogenista e a histórico-crítica.

A primeira tese consiste na “*evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na ‘questão social’*”, dividindo-se em duas distinções: 1) “*qualquer forma anterior de ajuda*, retroagindo sua análise à Idade Média ou até à origem da história”, e 2) nos “*antecedentes ligados às formas de ajuda, organizadas e vinculadas à ‘questão social’* (pós-revolução Industrial).” (MONTAÑO, 2009, p. 20, grifos do autor).

A segunda perspectiva, a tese histórico-crítica, afirma que, embora “as primeiras gerações de assistentes sociais” tenham “estado vinculadas a instituições de caridade, filantrópicas etc.” (MONTAÑO, 2009, p. 47), o Serviço Social não é simplesmente um estágio mais evoluído dessas protoformas, mas sim uma profissão fruto da relação complexa entre capital e trabalho, Estado e sociedade. Ou, conforme Iamamoto (2006), ao analisar o Serviço Social contemporâneo, afirmando que

O atual quadro sócio-histórico não se reduz [...] a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do assistente social, afetando as suas condições e as relações em que se realiza o exercício profissional, assim como a vida da população usuária dos serviços sociais. (IAMAMOTO, 2006, p. 167).

Assim, o Serviço Social foi e é, conforme Iamamoto e Carvalho (2011, p. 77), uma profissão historicamente construída e “um dos elementos que participa[m] da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas.”. Também de acordo com os autores, o assistente social “se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho [igualmente] é mercantilizada” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011, p. 92).

Dessa forma,

O Serviço Social tem um papel a cumprir dentro da ordem social e econômica – como uma engrenagem da divisão sociotécnica do trabalho –, na prestação de serviços: ao assistente social lhe é demandado (e para isso foi criada a profissão) participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante. (MONTAÑO, 2009, p. 31).

Em 1957, por meio da Lei nº 3.252 (sancionada em 27 de agosto daquele ano), o exercício da profissão de Assistente social foi regulamentado. A profissão continua, então, a passar, década após década, por transformações inerentes à sua própria constituição: uma profissão imbricada na teia social onde há interações (e embates) entre classes sociais, consubstanciando-se em contradições reais, que são consequência e meio de subsistência do sistema econômico denominado *capitalismo*.

O Serviço Social consolidou-se como profissão de cunho interventivo (“ou seja, suas ações forçosamente se colocam diante de problemas reais que demandam soluções objetivas” – PONTES, 1997, p. 16) e de caráter socioeducativo (“viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecidos” – IAMAMOTO, 2006, p. 166).

As teorias que subsidiaram a construção do Serviço Social no Brasil foram apropriadas de acordo com o contexto histórico-social de cada época, assim como Pontes descreveu:

Pode-se identificar, no percurso histórico da profissão, a construção de inúmeros quadros teóricos de referência, resultantes do processo histórico-concreto, como por exemplo: o modelo clássico de Mary Richmond; o modelo psicologista; o modelo tradicional funcionalista, a perspectiva modernizadora do estrutural funcionalismo (modelo sistêmico) inserido no estilo de pensar positivista; a perspectiva fenomenológica e a vertente de inspiração marxista. (PONTES, 1997, p. 18).

Uma das concretizações desse argumento é a influência verificada, sobretudo, nos Códigos de Ética Profissional, publicados nos anos de 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993.

Segundo Barroco (2008, p. 73), o “Serviço Social vincula-se às demandas sócio-históricas que incidem sobre o enfrentamento das sequelas da ‘questão social’, por parte do Estado e das classes dominantes, no contexto do capitalismo monopolista”. Esse é o início da explanação da autora sobre as “tendências éticas históricas no Serviço Social”, consubstanciando-se, principalmente, na abordagem moral da questão social, consequência do conservadorismo moral evidenciado “na formação profissional, no projeto social da Igreja Católica e na cultura

brasileira, através das ideias positivistas.” (BARROCO, 2008, p. 73-74).

Dessa forma, o primeiro Código de Ética do Serviço Social traz, em seu bojo, um reflexo da estruturação providenciada pela Igreja Católica na década de 1930, que, a partir de 1936 – com a inauguração da primeira Escola de Serviço Social - PUC-SP – influiria na profissionalização do Serviço Social. Soma-se a isso a iniciativa do Estado que, por meio de políticas sociais contraditórias, objetivou atender “necessidades antagônicas”, contradição consubstanciada no controle das classes trabalhadoras ao mesmo tempo que procurava a representatividade de toda a sociedade (BARROCO, 2008, p. 85).

Assim, em 1947 é consolidada, por meio de seu Código de Ética, a imagem conservadora do Serviço Social historicamente construída, que é a expressão formal do “*ethos* profissional que se desdobra[va] nas várias dimensões que compõem a ética profissional do Serviço Social – sua prática moral, sua moralidade, sua sustentação filosófica [...]” (BARROCO, 2008, p. 93).

A década de 1960 rompeu com “instituições, papéis sociais e princípios historicamente vinculados à moralização dos costumes: a família, o papel ‘feminino’, a tradição.” (BARROCO, 2008, p. 100). Para além do rompimento ideológico, houve a “explicitação de conflitos éticos, que ocorre[ra]m em situações de questionamento de valores morais, no âmbito da vida cotidiana.” (BARROCO, 2008, p. 102), salientando-se assim as contradições sociais, indo além do juízo moral da realidade.

Apesar desse contexto de grandes mudanças, o Serviço Social não se apropriou institucionalmente da potencialidade ético-moral desse momento (aparentemente por considerar as questões da vida cotidiana como “secundárias”), preferindo priorizar a “ruptura político-ideológica com a ordem burguesa.” (BARROCO, 2008, p. 103).

Desde o final dos anos 1950, o Serviço Social brasileiro, no contexto desenvolvimentista, questionava sua subalternidade. Porém, em pleno início da Ditadura Militar, nasceu o Código de Ética de 1965, priorizando a contraditória relação entre a intervenção baseada em princípios democráticos e o estabelecimento da ordem social (por meio da coerção), colaborando com programas nacionais e internacionais (CARVALHO NETO, 2013, p. 92).

No cenário do final da década de 1960 e começo dos anos 1970, o Estado se apresentava como

[...] interventor, coercivo e que buscava organizar a sociedade utilizando todos os caminhos necessários, inclusive as profissões, [...] [intervindo sobre] qualquer forma de manifestação social, seja ela formada por grupos políticos, vertentes culturais, por segmento e/ou categorias, pois representavam a degradação da sociedade e da moral. (CARVALHO NETO, 2013, p. 95).

Apesar da apropriação das “correntes fenomenológicas, estruturalistas, marxistas e sistêmicas que se apresenta[va]m no interior das academias e nos programas de intervenção” e da influência de “outros caminhos teóricos e práticos na articulação da profissão com as exigências apresentadas na cotidianidade, repleta de contradições”, o Código de Ética de 1975 foi aprovado, representando “um retrocesso para a categoria, pois princípios como democracia e o pluralismo apresentados no Código de 1965 foram suprimidos” (CARVALHO NETO, 2013, p. 95).

Na América Latina da década de 1970, a aproximação da juventude à Igreja Católica deflagrou “um *ethos* militante caracterizado pela recusa ética da ordem social burguesa, entendida como um sistema social injusto” (BARROCO, 2008, p. 106), buscando-se vincular o pensamento cristão ao marxismo graças à Teologia da Libertação e à Conferência dos Bispos Latino-Americanos.

Tal fenômeno serviu de base para o movimento heterogêneo que viria a ser denominado *reconceituação do Serviço Social*, que em seu âmago preconizaria o rompimento com o tradicionalismo profissional e o “compromisso ético-político com as lutas populares.” (BARROCO, 2008, p. 108)¹⁰.

A década de 1980¹¹ caracterizou-se pelas transformações societárias que marcavam o processo de democratização do país, a exemplo do movimento Diretas Já (1983-1984). Nesse contexto, foi demandado do Serviço Social “um projeto profissional que evidenciasse o compromisso ético-político, a direção social da profissão e principalmente romper com os vieses tradicionalistas e conservadores presentes nas relações profissionais”. (CARVALHO NETO, 2013, p. 98).

Assim, surgiu o Código de Ética de 1986, que não somente confirmou a apropriação pelo Serviço Social da teoria marxista tradicional (caracterizada pela redução da ética aos interesses de classe¹²) como igualmente consolidou o “compromisso profissional com a classe trabalhadora, ao assumir sua condição [também] como classe trabalhadora[,] que se entrelaça e vive as refrações sociais provocadas pelo capitalismo.” (CARVALHO NETO, 2013, p. 98).

O começo da década de 1990 foi marcado pelo crescente interesse da sociedade civil

¹⁰ Sugerimos a leitura de PAULO NETTO (2005), sobretudo o *Capítulo 2: A Renovação do Serviço Social sob a Autocracia Burguesa*. Tal obra apresenta todo o complexo sociopolítico no qual (e a partir do qual) o Serviço Social se configuraria a partir da década de 1960.

¹¹ No início da década de 1980 o Serviço Social brasileiro foi profundamente influenciado por eventos essenciais que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, tais como os encontros de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista, bem como o Método BH, o Congresso da Virada e a reforma curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para aprofundamento sobre o tema, indicamos PAULO NETTO (2005).

¹² Barroco (2008) desenvolve a contextualização histórica de cada um dos Códigos de Ética, inclusive tecendo críticas às suas limitações.

pela questão ética (culminando no impeachment de Collor), bem como pelo início da “subordinação do país aos interesses político-econômicos do capitalismo internacional, ou seja, a sua adesão ao ‘mundo globalizado’ e ao programa neoliberal” (BARROCO, 2008, p. 178). Há então o surgimento de uma contradição: concomitantemente à desestatização dos serviços públicos, surgem paulatinamente

[...] propostas e programas governamentais pautados em apelos ético-morais; trata-se de envolver a sociedade civil, em nome da “solidariedade” e da “responsabilidade social”, no enfrentamento das sequelas de “questão social”, estratégia que permite a modernização de práticas filantrópicas e a desmobilização da sociedade civil, que passa a ser situada num “terceiro setor”, cuja lógica de funcionamento não seria nem a do mercado nem a do Estado, mas a da solidariedade. (BARROCO, 2008, p. 179)

O Código de Ética de 1993 foi elaborado diante dessa configuração, somando-se à realidade brasileira uma recessão política e orçamentária, adicionando-se fatores internos ao Serviço Social, dentre eles

[...] a necessidade de apropriação teórica que respondesse e sustentasse uma fundamentação ética e moral condizente ao amadurecimento ídeo-político e teórico da profissão; a construção de um projeto profissional que atendessem as exigências da categoria e a direção social adotada entre os profissionais diante do compromisso ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico com a população, e concomitante a uma formação acadêmico-profissional pautada nessa perspectiva. (CARVALHO NETO, 2013, p. 101).

Conclui-se essa análise ressaltando a ideia de que cada momento histórico influenciou na configuração do Serviço Social, confirmando a importância de se compreender o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil a partir do pressuposto que ele é uma “profissão inscrita na divisão social do trabalho, [situando-se] no processo da reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011, p. 101) e inserida na conjuntura social, sendo suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa influenciadas por esses momentos.

Não se intencionou na análise ora apresentada, ao relacionar o Serviço Social a cada um dos momentos políticos, sociais e econômicos vividos pelo Brasil, por um reducionismo de sua história aos seus Códigos de Ética. Pelo contrário: é patente a complexidade que envolveu a trajetória brasileira no século XX, e foi nessa complexidade que o Serviço Social brasileiro surgiu e se desenvolveu, conceituou-se e se reconceituou, questionou-se e se remodelou, apropriou-se de teorias e se permitiu rupturas com elas. Os seus Códigos de Ética são somente parte do legado produzido. Ressaltamos, porém, que a densidade que foi tal processo instiga o aprofundamento das referências utilizadas nesta pesquisa.

Por fim, opta-se pela conceituação de Faleiros (2011) para expressar o que representa o Serviço Social brasileiro contemporâneo:

Trata-se, assim, de um processo complexo de mediações políticas numa estrutura marcada pela exploração e pela dominação do ser humano e pela desigualdade no contexto capitalista e num Estado neoliberal. [As representações do que é o Serviço Social apresentam-se] de forma contraditória e conflituosa, como é o próprio Serviço Social na sua compreensão dialética. Nessas mediações estão implicadas as relações de poder e processos de trabalho nas instituições, onde se exige o deciframento crítico pela relação estrutura/conjuntura/situação e pela relação teoria/prática/valores/movimentos profissionais e sociais/sujeitos em relação. (FALEIROS, 2011, p. 758).

É nessa configuração que o assistente social atua, tendo como base de sua expressão profissional o Projeto Ético-Político do Serviço Social, o qual foi conformado em sua composição basilar nas décadas de 1980 e 1990, tendo como “núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central”, se vinculando “*a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.*” (PAULO NETTO, 2006, p. 155, grifos do autor).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social se baseia, conforme resumido por Reis (2008), em três elementos constitutivos: 1) a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social (sistematização da dinâmica profissional associada à evolução social); 2) a dimensão político-organizativa da categoria (instituições e eventos da categoria); e 3) dimensão jurídico-política da profissão (normatização objetiva da profissão, destacando-se o Código de Ética Profissional).

Os princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social sintetizam e direcionam o fazer profissional do assistente social. Tais princípios englobam: liberdade como valor ético, defesa intransigente dos direitos, ampliação e consolidação da cidadania, defesa do aprofundamento da democracia, posicionamento em favor da equidade e justiça social. Compreende também: empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, garantia do pluralismo, um projeto profissional revolucionário (pois compromete-se com a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero), articulação com os movimentos de outras categorias profissionais, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e exercício do Serviço Social sem discriminações¹³.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social se materializa profissionalmente por meio

¹³ Vide o Código de Ética do/a Assistente Social – Introdução – Princípios fundamentais, disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: jun. 2016. Vide também Paulo Netto (2006, p.155-156).

da instrumentalidade¹⁴ do Serviço Social. Esta, por sua vez, se manifesta em três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A dimensão teórico-metodológica trata da bagagem formativa e informativa do profissional, enquanto que na ético-política leva-se em conta a interação com o social, a peculiaridade interventiva do Serviço Social e o posicionamento do profissional frente às demandas sociais, as necessidades humanas e as relações sociais. A dimensão técnico-operativa consubstancia-se na prática profissional por meio dos instrumentos disponíveis, e que “dá visibilidade social à profissão, já que dela depende a resolutividade da situação” (GUERRA, 2012, p. 40), procurando responder “*o que, por que, para que, quando, onde, com que meios e como fazer*” (GUERRA, 2014, p. 38, grifos da autora).

Tais dimensões são indissociáveis e instrumentalizam o(a) assistente social, como trabalhador assalariado, para desenvolver suas atividades vendendo

[...] sua força de trabalho especializada para a obtenção de seus meios de vida. A objetivação dessa força de trabalho qualificada enquanto atividade (e/ou trabalho) ocorre no âmbito de processos e relações de trabalho, organizados por seus empregadores, que detêm o controle das condições necessárias à realização do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2006, p. 21).

Assim,

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu sujeito vivo como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social. (RAICHELIS, 2011, p. 423).

Apresenta-se ao assistente social o desafio de “desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.” (IAMAMOTO, 2012, p. 20).

Essa proposta se concretiza nos espaços sócio-ocupacionais do(a) assistente social, cuja análise demanda inscrevê-lo(a) “na totalidade histórica considerando as formas assumidas

¹⁴ Por instrumentalidade entende-se “o ato de responder às diversas e heterogêneas demandas que nos chegam [...], de onde se faz necessário buscar seus fundamentos sócio-históricos e políticos, seu modo de ser e discerni-los do seu modo de aparecer, das suas expressões, evidenciar seus contornos, determinações e particularidades, para daí captar como esta demanda é respondida e com que tipo de respostas, bem como qual racionalidade que o assistente social está acionando para responder a ela. (GUERRA, 2014, p. 37). É pela instrumentalidade que a racionalidade se materializa “nas diversas formas de intervenção ideopolítica e socioprofissional do assistente social” (idem).

pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise mundial.” (IAMAMOTO, 2009, p. 342). E esse espaço se constitui no Estado como o seu maior empregador¹⁵.

De acordo com Raichelis (2009, p. 387-390), apresentam-se como desafios no cotidiano profissional dos(as) assistentes sociais, na esfera estatal: a) capacidade de interlocução com os novos atores sociais; b) aperfeiçoamento do profissional em habilidades na formulação, avaliação, planejamento e gestão de políticas, programas e projetos sociais; c) desenvolvimento da interdisciplinariedade e intersetorialidade profissional diante de equipes heterogêneas no campo das políticas públicas; e d) articulação mais efetiva junto à população, desinstitucionalizando o fazer profissional.

Nesse complexo, retomamos a questão social, sendo ela expressão de um complexo arranjo em que o Estado apresenta-se contraditório, no qual

O Serviço Social tem na *questão social* a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da *questão social*, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões. (IAMAMOTO, 2010, p. 163, grifos da autora).

Ainda de acordo com Iamamoto (2010), a questão social sofre um intenso processo de criminalização direcionado, obviamente, às classes subalternas, renovando sua classificação como “classes perigosas”. Naturalizar a questão social é transformar “suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de *combate à pobreza* ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais.” (IAMAMOTO, 2010, p. 163, grifo da autora).

O Estado, ao instituir a execução penal como forma de punir o crime, estaria estabelecendo um recorte de classes, criminalizando assim (in)diretamente os pobres? A resposta para este questionamento seria a instituição do Estado Penal.

¹⁵ Conforme CFESS (2005), quase 80% dos assistentes sociais atuavam, em 2004, em instituições públicas de natureza estatal.

2 A EXECUÇÃO PENAL E O SOCIOJURÍDICO NO DISTRITO FEDERAL

2.1 O Estado Penal e a execução penal

Para contextualizar o sociojurídico e a execução penal na realidade do TJDF, julga-se necessário tecer breves comentários preliminares sobre a configuração do Estado contemporâneo no que se refere à criminalização da questão social, penalização pelos crimes e o (suposto) processo de ressocialização de pessoas em cumprimento de penas.

Wacquant (2003), ao analisar a realidade dos Estados Unidos da América, explana a migração do Estado Social para o Estado Penal. Enquanto “se desfaz a rede de segurança do Estado caritativo, vai se tecendo a malha do Estado disciplinar chamado a substituí-lo nas regiões inferiores do espaço social” (WACQUANT, 2003, p. 27).

Como consequência dessa nova configuração, o Estado implementa duas iniciativas para conter as “consequências da miséria”: 1) transformar os serviços sociais em instrumento de vigilância e controle das novas “classes perigosas”, e 2) o encarceramento dos pobres (WACQUANT, 2003, p. 27-28). Nesse contexto, vale ressaltar que, como Brant (1994) afirmou, população encarcerada difere “da categoria social denominada ‘criminosos’: Há muitos delinquentes habituais à solta, assim como muitos presos que apenas ocasionalmente ‘deram um mau passo’.” (BRANT, 1994, p. 45, grifos do autor).

O direito penal é “produzido pelo grupamento humano e pelas condições concretas em que esse grupamento se estrutura e se reproduz” (BATISTA, 2007. p. 18), refletindo a estrutura social predominante. Tal estrutura consiste na intervenção estatal que prioriza a “demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos” (PAULO NETTO, 1996, p. 21). Assim, o papel social do Estado é relegado substancialmente a uma ação meramente secundária e paliativa.

Ainda sobre a relação Estado e capital, é interessante a análise que Brant (1994) faz ao discutir a utilidade do crime num contexto de segurança e criminalidade, logicamente numa configuração funcional ao capital. Ao citar estudos recentes e Marx, o autor observou que “as crescentes demandas por segurança privada abrem novas possibilidades para o ramo empresarial correspondente” (BRANT, 1994, p. 30), bem como “a influência que exerce o criminoso sobre o desenvolvimento das forças produtivas” (MARX apud BRANT, 1994. p. 31). E prossegue:

Um filósofo produz ideias, um poeta poemas, um pastor sermões, um professor tratados, etc. Um criminoso produz crimes. Se considerarmos de perto a ligação desse último ramo de produção com o conjunto da sociedade, nos afastaremos de muitos preconceitos. O criminoso não produz somente crimes, ele produz também o direito Penal e, em

consequência, também o professor que produz cursos de Direito Penal e, além disso, o inevitável tratado no qual este mesmo professor lança no mercado geral suas aulas como “mercadorias”. (MARX apud BRANT, 1994. p. 36).

De acordo com Batista (2007, p. 21), o Direito, ao cumprir a função de “estruturar e garantir determinada ordem econômica e social”, está cumprindo sua função de controle social (função conservadora). Assim, o Direito, sobretudo o Direito Penal (que condena) e a execução penal (que faz pagar a condenação) atendem diretamente aos interesses de um Estado essencialmente capitalista que, por meio do sistema penal,

é apresentado como *igualitário*, [supostamente] atingindo igualmente as pessoas em função de suas condutas, quando na verdade seu funcionamento é *seletivo*, atingindo apenas determinadas pessoas, integrantes de determinados grupos sociais, a pretexto de suas condutas. (BATISTA, 2007, p. 25-26, grifos do autor).

No Brasil, segundo Mirabete (2009, p. 10), a complexidade da execução penal fez com que tal ramo se desmembrasse do Direito Penal e do Direito Processual Penal. Inclusive ressalta que a CF/88 preconiza seu tratamento diferenciado quando traz, em seu art. 24, inciso I, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal a elaboração de leis de *Direito Penitenciário*.

Quanto à complexidade da execução penal (ou desse novo ramo designado Direito Penitenciário), Mirabete (2009) prossegue:

Na verdade, enquanto as sanções de outros ramos do Direito são de fácil execução devido a seu caráter meramente reparador, o cumprimento das penas, principalmente das privativas de liberdade, por suas finalidades diversas (retribuição, prevenção, recuperação), apresenta maior complexidade. A dificuldade da execução levou então a uma exigência de maior desenvolvimento das regras para sua regulamentação. No Brasil, elaborou-se pela primeira vez uma Lei de Execução Penal, dissociando-a do Direito Penal e do Direito Processual Penal. Não há como negar, aliás como acentua Zaffaroni, citando Pettinato, que deve existir um conjunto de normas positivas que se refiram aos diferentes sistemas de penas, à custódia e tratamento, à organização e direção das instituições e estabelecimentos que cumpram com os fins de prevenção, retribuição e reabilitação do delinquente e dos organismos de ajuda para os internados e liberados. (MIRABETE, 2009, p. 10).

Assim, entende-se por execução penal a fase na qual, após a condenação criminal, procede-se o cumprimento da pena imposta, tal como prevê o Artigo 1º da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal (LEP), principal legislação nacional que objetiva operacionalizar o conjunto de dispositivos que versam sobre a execução penal: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

Sobre a execução penal, Marcão (2012) explana:

De sua inegável natureza jurisdicional decorre a necessidade de observância aos princípios e garantias Constitucionais incidentes, dentre os quais merecem destaque: legalidade; publicidade; oficialidade; imparcialidade do juiz; devido processo legal; ampla defesa; contraditório; e duplo grau de jurisdição.

De forma muito particular, o processo executacional reclama observância aos princípios da dignidade da pessoa humana; razoabilidade; proporcionalidade; humanização da pena; e intranscendência ou personalidade da pena, segundo o qual a pena (e também o processo) não deve ir além da pessoa do executado. (MARCÃO, 2012, p. 23)

Esse recorte explica como a LEP intenciona, pelo menos teoricamente, ressaltar o princípio da dignidade humana previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) que, dentre outros dispositivos legais, elenca em seu Artigo 5º:

[...] XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis; [...]

Essas breves citações explicitam a intencionalidade da legislação brasileira de se conformar com os dispositivos jurídicos internacionais que versam sobre direitos humanos e sua aplicabilidade às pessoas condenadas. Isso é, o ordenamento jurídico brasileiro objetiva conferir à pessoa presa o status de sujeito de direitos, seguindo preceitos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, conforme o Artigo 1º das Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil:

As normas que se seguem obedecem aos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem e daqueles inseridos nos Tratados, Convenções e regras internacionais de que o Brasil é signatário devendo ser aplicadas sem distinção de natureza racial, social, sexual, política, idiomática ou de qualquer outra ordem¹⁶.

Diante disso, pode-se inferir de forma resumida que o Estado, ao estabelecer a justiça penal para “punir”, é o mesmo que, utilizando-se de toda a rede existente (inclusive do trabalho especializado e interventivo do assistente social), implementa a tentativa de *recuperação* dos que transgridem a lei.

Todavia, no contexto crime-condenação-execução da pena, apresentam-se alguns fenômenos sociais, tais como discriminação e seletividade. Sobre discriminação e seletividade no sistema penal, ao criticar a criminologia positivista e suas falácias, Thompson (1983) assim

¹⁶ Resolução Nº 14, de 11 de novembro de 1994 - Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). Disponível em: <<http://www.crpsp.org.br/interjustica/pdfs/regras-minimas-para-tratamento-dos-presos-no-brasil.pdf>>. Acesso em 06 de junho de 2016.

expressa seus argumentos quanto à seletividade da justiça criminal:

Se levarmos em conta, contudo, que os presos representam um percentual ínfimo em relação ao total dos criminosos, a equação referida desfaz-se como castelo de areia. Com efeito, da constatação de que a maioria dos presos está representada por gente miserável, a única conclusão a ser tirada, validamente, será: *a pobreza é um traço característico do encarceramento*. (THOMPSON, 1983, p.47, grifo nosso).

A bem da verdade, o encarceramento foi concebido com o intuito de se recuperar a pessoa que cometeu crimes. Mas priorizou-se, no decorrer da história, que a prisão fosse permanentemente reformada, e não progressivamente abolida (BITENCOURT, 2007, p. 83). Apesar de uma tendência moderna de transicionar “das *concepções retributivas* da pena às *orientações preventivas*” (BITENCOURT, 2007, p. 85, grifos do autor), o sistema prisional contemporâneo continuará o mesmo se a estrutura sobre (ou sob) a qual funciona não for transformada (revolucionada), tal como Bitencourt (2007)exp lana:

Mantendo-se a mesma estrutura do sistema capitalista, a prisão manterá sua função repressiva e estigmatizadora. [...] O grande problema é que continuará existindo um *aparato de controle*, e ninguém garante que os novos mecanismos de “controle democrático” não continuarão sendo tão repressivos e estigmatizadores quanto os anteriores. Por outro lado, quando se produzirá a revolução? Não se pode estabelecer o momento em que ocorrerá a *transformação qualitativa das relações de produção*. E, enquanto esperamos essa revolução, o que acontecerá com as pessoas que se encontram no interior das prisões? (BITENCOURT, 2007, p. 100, grifos do autor).

E, enquanto isso, apresenta-se à pessoa encarcerada, como bem explanou o mesmo autor, a “oportunidade” do trabalho intramuros. Tal trabalho possibilita aprender “a disciplina de produção capitalista, se submeter “ao sistema”, e, para além disso, possibilitar uma “introspecção da cosmovisão e da ideologia da classe dominante”. (BITENCOURT, 2007, p. 92, grifos nossos).

Bitencourt (2007), ao explicar sobre as antigas *workhouses* (local de refúgio para pobres sem trabalho, onde poderiam viver e trabalhar), possibilita comparar essa estrutura com o sistema contemporâneo do trabalho de presos e presas, ao tornar “o trabalhador mais dócil e menos provido de conhecimentos, impedindo, dessa forma, que possa apresentar alguma resistência”, evidenciando-se assim os “ideais da concepção burguesa da vida e da sociedade, em preparar os homens, principalmente *os pobres, os não-proprietários*, para que aceitem uma ordem e uma disciplina que os faça dóceis instrumentos de exploração (BITENCOURT, 2007, p. 92-93, grifos nossos).

Ainda sobre essa temática, vale citar Gomes (2013), ao afirmar que

o direito burguês, ao conferir capacidade jurídica plena ao produtor direto e apresentando a relação de exploração com uma relação contratual, estimulou, em vez de impedir, a negociação em torno das condições de trabalho e dos ganhos do trabalhador. (GOMES, 2013, p.103).

Conclui-se então que o Estado Penal apresenta-se como amplo espaço que pode (e deve) ser apropriado pelo assistente social como seu ambiente profissional, no qual o Serviço Social tem o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos, a partir de uma compreensão emancipadora. Gomes (2013) afirmou o que se segue, o que pode perfeitamente ser aplicado ao Direito Penitenciário:

Do meu ponto de vista, o direito é um fenômeno sócio-histórico, que possui particularidades em diferentes momentos de objetificação-subjetivação da sociedade [...]. Portanto, perceber a particularidade da função social do direito na totalidade da vida social significa apreendê-lo como mediação no campo da política, determinado pelas relações de produção. Por seu caráter contraditório e poder se mover no campo da luta social, é imprescindível que seu conteúdo absorva a ideologia das classes subalternas em seu horizonte emancipatório, o que significa, em última instância, articulá-lo ao trabalho, como categoria que determina a existência social e se põe antagônica ao capital. Quando digo, porém, que o direito situado no campo do trabalho é significativo para o campo da luta social, sobretudo nesta quadra histórica, não estou assumindo a posição daqueles que defendem, no campo do marxismo, que o direito do trabalho, por exemplo, poderia romper com o princípio da igualdade jurídica, próprio do direito burguês, constituindo, assim, uma espécie de direito alternativo. (GOMES, 2013, p. 104).

2.2 O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e a Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais

Para melhor compreensão do ambiente no qual o Serviço Social está inserido, levando-se em conta o escopo deste trabalho, que é o Poder Judiciário e a execução penal,¹⁷ julga-se necessário demonstrar, mesmo que minimamente, a estrutura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios¹⁸.

O TJDF e se apresenta como instituição de natureza pública, da esfera federal, integrante do Poder Judiciário, e é responsável pela atuação judiciária estatal no Distrito Federal e nos territórios federais (caso estes venham a ser novamente criados, conforme Artigos 18 e 33 da CF/88). É atualmente regido pela Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008, que “Dispõe sobre a

¹⁷ Quando se fala em Poder Judiciário, deseja-se destacá-lo dentre os muitos outros entes, dos outros poderes da União, e em todas as esferas, que atuam na execução penal, ou como preferir, no Direito Penitenciário. Já quando se fala em execução penal, é com a intenção de ressaltar que o campo de atuação do TJDF engloba muitas outras ramificações do Direito e seus desdobramentos, tais como Direito Penal (ou Criminal – Varas Criminais, de Entorpecentes e demais) e Direito Civil (Varas Cíveis, de Família, de Órfãos e Sucessões, de Execução de Títulos, dentre outras). Para efeito deste trabalho analisaremos apenas a VEP/DF e, pormenorizadamente, sua Seção Psicossocial.

¹⁸ Algumas das informações estruturais e funcionais da VEP/DF e da SEVEP foram elencadas neste trabalho a partir das observações realizadas durante o estágio obrigatório, ocorrido no ano de 2015.

organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios”.¹⁹

Em sua estrutura está inserida a Vara de Execuções Penais (VEP/DF), que, na pessoa de sua magistrada²⁰, tem por competência:

- I – a execução das penas e das medidas de segurança e o julgamento dos respectivos incidentes;
- II – decidir os pedidos de unificação ou de detração das penas;
- III – homologar as multas aplicadas pela autoridade policial nos casos previstos em lei;
- IV – inspecionar os estabelecimentos prisionais e os órgãos de que trata a legislação processual penal;
- V – expedir as normas e procedimentos previstos no Código de Processo Penal. (Lei nº 11.697, Art. 23)

Na composição da VEP/DF insere-se a SEVEP, que foi criada para “assessorar [a Juíza] da VEP nas decisões relativas à execução das penas, com ênfase nos aspectos psicossociais” e tem por missão “Promover atendimento humanizado aos usuários da Justiça no que se refere ao cumprimento das penas e medidas judiciais, com vistas à promoção de saúde e bem-estar, a restauração e a inclusão social”.²¹

Os objetivos específicos da SEVEP são: (1) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das decisões judiciais relativas às penas privativas de liberdade e medidas de segurança; (2) articular-se com outros órgãos no sentido de promover o retorno do sentenciado ao convívio social; e (3) fornecer subsídios para as decisões judiciais.

Procura-se também na SEVEP priorizar a construção e articulação de parcerias com a rede social (a estrutura da execução penal do DF e outras entidades públicas, tais como centros de saúde, instituições de proteção social, dentre outros) e promover a “interlocução entre órgãos governamentais e a sociedade civil, no intuito de estimular a construção coletiva de políticas públicas de atenção à pessoa com transtorno mental”.²²

Ainda como norte para a atuação da SEVEP, pode-se elencar a atenção aos princípios da reforma psiquiátrica – busca pela desinstitucionalização e inclusão social, trabalhando o desenvolvimento da autonomia dos usuários – e a busca por qualificação constante (participação em cursos, seminários e eventos correlatos) por parte dos profissionais que lá desenvolvem suas atividades.

Como parte integrante da estrutura do TJDF e de assessoramento da VEP/DF, a

¹⁹ A obra *TJDFT – História e trajetória* explana o surgimento normativo e político-histórico do TJDF. Disponível em <<http://www.tjdft.jus.br/publicacoes/edicoes-especiais/livros/tjdft.pdf>>. Acesso em 06 de junho de 2016.

²⁰ Nesta pesquisa optou-se por referenciar à pessoa que ocupa a titularidade da VEP/DF utilizando-se palavras no feminino, uma vez que, no momento de elaboração deste trabalho, tal cargo é ocupado pela Exma. Juíza de Direito Dra. Leila Cury.

²¹ Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/execucoes-penais/vep/psicosocial-da-vep>>. Acesso em 06 de junho de 2016. Nesse endereço eletrônico também consta um histórico mais completo da SEVEP.

²² Idem.

SEVEP, representando o Poder Judiciário, está inserida na rede de execução penal do Distrito Federal, que é composta por várias instituições, dentre elas: SESIPE (Subsecretaria do Sistema Penitenciário, subordinada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SSP-DF), Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT (Promotoria de Execuções Penais), Defensoria Pública (Núcleo de Execuções Penais) e advogados com registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que atuam na Execução Penal.

A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) e empresas particulares, que possibilitam aos reeducandos a oportunidade de exercerem uma atividade laboral, bem como organizações não governamentais (ONG's) e instituições diversas que atuam intramuros, também integram, na nossa visão, a rede brasiliense de execução penal.

Essa rede de certa forma concretiza o que está previsto no Título I – Do Objeto e da Aplicação da LEP:

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Art. 2º A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal.

[...]

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Art. 4º O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

A SEVEP é constituída por equipe multiprofissional (assistentes sociais, psicólogos, pedagogas e técnicos judiciários²³), tendo suas atividades orientadas pelo “enfoque no aspecto psicossocial, respeito às especificidades de cada profissional, mas buscando uma conformidade com a atuação no Judiciário”²⁴.

A SEVEP, atualmente, possui em sua estrutura quinze servidores e servidoras, sendo duas supervisoras, uma secretária e doze técnicos e técnicas. Divide-se em três frentes de trabalho: Penas Privativas de Liberdade (PPL), Trabalho Externo e Medidas de Segurança²⁵. Atuam

²³ Importante esclarecer que pelo termo *técnico* (ou *técnica*) significa o profissional que atua especificamente nas referidas frentes, sendo do cargo público de técnico judiciário ou de analista judiciário, *com curso superior*, não se confundindo com o *cargo* de técnico judiciário, que é preenchido com servidores de nível médio devidamente concursados, tendo curso superior ou não.

²⁴ Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/execucoes-penais/vdp/psicosocial-da-vdp>>. Acesso em 06 de junho de 2016.

²⁵ As demandas que chegavam à SEVEP se dividiam em duas temáticas: Medidas de Segurança e Penas Privativas de Liberdade. Os processos referentes às Medidas de Segurança eram (e são) analisados pela frente Medidas de Segurança. Os processos que versavam sobre outras questões, como Trabalho Externo, Saídas Temporárias, Prisão

também seis estagiárias (duas em cada frente): três de Psicologia e três de Serviço Social.

A frente Medidas de Segurança é responsável pelo acompanhamento dos internos que se encontram em hospital de custódia sob tratamento psiquiátrico ou sujeitos a tratamento ambulatorial, que no caso do Distrito Federal se concretiza na Ala de Tratamento Psiquiátrico – ATP, que funciona na Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF.

Já os técnicos da frente Trabalho Externo analisam as propostas de emprego oferecidas por entidades particulares aos reeducandos que se encontram com esse benefício (trabalho externo) concedido. Os proponentes a empregador são convocados para uma reunião na qual são esclarecidas dúvidas, apresentadas as regras do benefício e assinado o Termo de Compromisso de Trabalho Externo.

Por sua vez, a frente PPL, objeto desta pesquisa, trata os processos que demandam análise sociofamiliar que subsidiarão decisão judicial quanto à Prisão Domiciliar Especial²⁶ (também chamada de Prisão Domiciliar Humanitária ou Excepcional – concedida, sobretudo, a pessoas que apresentam graves problemas de saúde) e às Saídas Temporárias²⁷ (popularmente chamadas de *saições*).

Na frente PPL atuam duas assistentes sociais e um psicólogo; na equipe do Trabalho Externo, dois assistentes sociais, uma pedagoga e uma técnica judiciária; e na frente Medidas de Segurança, três psicólogas, uma assistente social e uma pedagoga.

Os relatórios feitos pelos técnicos da PPL²⁸ visam subsidiar decisão judicial relacionada a internos em pena privativa de liberdade, referentes à concessão e manutenção de Prisão Domiciliar Especial e ao benefício externo das Saídas Temporárias.

A partir de entrevistas realizadas pessoalmente com familiares dos internos ou com os reeducandos por meio de videoconferência, ou ainda pessoalmente (no caso das prisões domiciliares especiais), nas dependências da SEVEP ou na residência do(a) usuário(a), elabora-se um relatório que será anexado ao processo, submetido ao Ministério Público para que este emita parecer e, por fim, submetido à apreciação da Juíza de Direito titular da VEP/DF.

Dentre as diversas possibilidades de intervenção, nos relatórios são sugeridas

Domiciliar Especial e situações diversas de pessoas presas estavam submetidos à frente Pena Privativa de Liberdade - PPL. Posteriormente, a frente de Trabalho Externo desmembrou-se, tornando-se a sigla PPL atribuída à frente que analisa o benefício das Saídas Temporárias e às Prisões Domiciliares Especiais.

²⁶ A Prisão Domiciliar ordinária, ou seja, a que não é Especial, Humanitária ou Excepcional, é acompanhada pela Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto do Distrito Federal (VEPERA/DF).

²⁷ São encaminhados processos referentes a internos que apresentam alguma demanda social específica, como falta de familiares que queiram recebê-lo, envolvimento com drogas, cometimento de crime sexual, dentre outros que, na opinião da Juíza, demandam análise psicossocial específica para ser concedido o benefício das Saídas Temporárias.

²⁸ Um psicólogo também atua na PPL. Ressalta-se que os relatórios objetos deste trabalho são somente os elaborados pelas assistentes sociais.

iniciativas diversas, de acordo com cada situação, para se acionar a rede de tal forma que proporcione ao reeducando o atendimento de suas demandas relacionadas aos seus direitos (tais como atendimento médico, acompanhamento psicológico, inclusão em grupos para tratamento de dependências de substâncias psicotrópicas, dentre outras sugestões), intencionando-se assegurar o acesso aos direitos legalmente constituídos.

A pessoa em cumprimento de prisão domiciliar especial atende às condições elencadas no Art. 117 da LEP:

Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:

- I - condenado maior de 70 (setenta) anos;
- II - condenado acometido de doença grave;
- III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;
- IV - condenada gestante.

Por sua vez, o benefício das Saídas Temporárias relaciona-se ao estabelecido pela LEP, sobretudo o item III do Artigo 123 (requisito da compatibilidade do benefício com os objetivos da pena). Procede-se a análise da situação sociofamiliar do(a) interno(a), bem como a adequação do ambiente (no qual o interno será acolhido para usufruir do benefício) com seu perfil criminológico. Por exemplo, um domicílio no qual crianças residem não poderá, em tese, ser disponibilizado para receber a pessoa que cometeu abuso sexual contra impúberes.

Em relação ao benefício das Saídas Temporárias, o mesmo é gozado nos feriados de final de ano, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Páscoa, e é instituído pela LEP, que em seus artigos 122 a 125 preconiza que:

Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos:

- I - visita à família;
- II - frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução;
- III - participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

Parágrafo único. A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução. (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

Art. 123. A autorização será concedida por ato motivado do Juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária e dependerá da satisfação dos seguintes requisitos:

- I - comportamento adequado;
- II - cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente;
- III - compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

Art. 124. A autorização será concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 4 (quatro) vezes durante o ano.

§ 1º Ao conceder a saída temporária, o juiz imporá ao beneficiário as seguintes condições, entre outras que entender compatíveis com as circunstâncias do caso e a situação pessoal do condenado: (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

I - fornecimento do endereço onde reside a família a ser visitada ou onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício; (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

II - recolhimento à residência visitada, no período noturno; (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

III - proibição de frequentar bares, casas noturnas e estabelecimentos congêneres. (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

§ 2º Quando se tratar de frequência a curso profissionalizante, de instrução de ensino médio ou superior, o tempo de saída será o necessário para o cumprimento das atividades discentes. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.258, de 2010)

§ 3º Nos demais casos, as autorizações de saída somente poderão ser concedidas com prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias de intervalo entre uma e outra. (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

Art. 125. O benefício será automaticamente revogado quando o condenado praticar fato definido como crime doloso, for punido por falta grave, desatender as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso.

Parágrafo único. A recuperação do direito à saída temporária dependerá da absolvição no processo penal, do cancelamento da punição disciplinar ou da demonstração do merecimento do condenado.

Vale ressaltar que o usuário primário da SEVEP é a pessoa que está em situação de restrição de liberdade, recolhida ao estabelecimento prisional, cumprindo pena no regime fechado ou semiaberto, bem como aquela que possui diagnóstico de transtorno psiquiátrico e que cumpre medida de segurança. Neste último caso, ressalta-se, é a frente Medidas de Segurança que a acompanhará.

Segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen)²⁹, podemos definir o perfil dos usuários primários (os reeducandos do sistema penal brasileiro) atendidos pela SEVEP, como jovens, de baixa escolaridade e negros.

Os usuários secundários são os familiares dos internos que se disponibilizam a recebê-los em seus domicílios por ocasião das Saídas Temporárias, bem como os familiares que auxiliam no tratamento dos internos submetidos a medida de segurança. Ainda como usuários, podem-se elencar as empresas que oferecem proposta de emprego (chamada também de *carta de emprego*) para os internos e os patronos dos reeducandos (advogados ou defensores públicos).

²⁹ Fontes: <<http://noticias.r7.com/distrito-federal/em-seis-meses-populacao-carceraria-do-df-aumenta-14-e-superlotacao-chega-a-115-23062015>> e Mapa do Encarceramento – Os jovens do Brasil, disponível em <http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2016. Dados brutos em <<http://www.infopen.gov.br/>>. Acesso em 06 de junho de 2016.

3 O SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO

3.1 O Sociojurídico como espaço profissional do Assistente social

Os espaços sócio-ocupacionais do(a) assistente social estão inseridos, de acordo com cada demanda, na realidade cotidiana da sociedade. O trabalho contemplado por esse profissional torna-se cada vez mais importante e necessário dentro do contexto contemporâneo, no qual as expressões da questão social tornam-se cada vez mais explícitas e profundas, sobretudo no sociojurídico, no qual há cerceamento, por parte do Estado e de alguns setores da sociedade (por conta do preconceito e da falta de conhecimento, de direitos de pessoas em situação de encarceramento).

O trabalho profissional, segundo Iamamoto (2009, p. 344), é

tanto resultante da história quanto dos agentes que a ele se dedicam. [...] Assim, o espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica de demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade. (IAMAMOTO, 2009, p. 344).

Nesse sentido, “a pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação. Dessa maneira, ela vai [procurar] responder às necessidades de conhecimento de certo problema ou fenômeno” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 16), objetivando-se apreender de forma aproximativa do trabalho do assistente social dentro das delimitações do sociojurídico.

Para tanto, utilizou-se de embasamento em pesquisa bibliográfica e documental, analisando objetivamente as informações observadas nos relatórios elaborados pelas assistentes sociais da PPL.

Observa-se a indispensável presença do assistente social nesse contexto jurídico-normativo que objetiva a (res)socialização ou (re)integração dos reeducandos. Raichelis destaca o fazer profissional do assistente social no campo sociojurídico, ao atuar “no vasto campo do acesso aos direitos e à justiça, na perspectiva de buscar superar a aplicação discriminatória das leis que se verifica no cotidiano das classes subalternas,” (RAICHELIS, 2009, p. 386).

Complementarmente, apresenta-se ao assistente social atuante no sociojurídico o desafio de “desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.” (IAMAMOTO, 2012, p. 20).

Na mesma obra, Iamamoto (2012) afirma que se faz necessário

[...] entender a profissão hoje como um tipo de trabalho na sociedade. Há muito tempo, desde os anos 1980, vem-se afirmando que o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade. [...] As mudanças históricas estão hoje alterando tanto a divisão do trabalho na sociedade, quanto a divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, corporificadas em novas formas de organização e de gestão do trabalho. Sendo o Serviço Social uma especialização do trabalho na sociedade, não foge a esses determinantes [...]. A abordagem do Serviço Social como trabalho supõe apreender a chamada "prática profissional" profundamente condicionada pelas relações entre o Estado e a Sociedade Civil ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade, rompendo com endogenia no Serviço Social. (IAMAMOTO, 2012, p.22-23)

3.2 Uma breve análise da prática profissional no Sociojurídico

Barison e Gonçalves (2016), ao discorrerem sobre os processos de interdição de pessoas com transtornos mentais, analisam a transferência de responsabilidades do Poder Executivo para o Judiciário no que se refere à garantia de direitos sociais e à proteção social. E prosseguem:

Entretanto, o protagonismo do Poder Judiciário se constrói no âmbito de um processo judicial que priva o sujeito do gozo dos seus direitos civis e políticos, o que evidencia [...] a face coercitiva do Estado para efetivar o controle dessa parcela da população. (BARISON; GONÇALVES, 2016, p. 42).

Partindo desse referencial contraditório, no qual o Estado que remunera o assistente social para garantir acesso a direitos é o mesmo que perpetua a estrutura burguesa de discriminação e criminalização da pobreza, observou-se os relatórios produzidos pelas assistentes sociais que atuam na frente PPL.

Conforme anunciado na introdução do presente trabalho, o estágio obrigatório foi realizado sob supervisão e acompanhamento das assistentes sociais que atuam nessa frente, proporcionando assim uma percepção mais efetiva do cotidiano profissional e dos procedimentos adotados em cada situação.

Como marco inicial para essa análise, verificamos que a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 (que “dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências”), preconiza em seu Art. 5º atribuições privativas do assistente social, dentre as quais selecionamos:

- I - coordenar, *elaborar*, executar, supervisionar e avaliar *estudos*, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; [...]
- III - *assessoria e consultoria* e[m] órgãos da *Administração Pública direta* e indireta, empresas privadas e outras entidades, *em matéria de Serviço Social*;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, *informações e pareceres* sobre a *matéria de Serviço Social*; [...] (BRASIL, 1993, grifos nossos).

As atividades realizadas na PPL não são normativamente privativas de profissionais assistentes sociais. Porém, depreende-se, a partir das atribuições elencadas na referida Lei, que é altamente recomendável que seja realizada a análise psicossocial do processo por um assistente social.

Dentre as atividades cotidianas na PPL, foram identificadas algumas competências, elencando-se as seguintes:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- [...]
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- [...]
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; e
- VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo. (BRASIL, 1993).

Da mesma forma, verifica-se que o fazer profissional na PPL, por meio dos instrumentos utilizados pelas assistentes sociais, identifica-se com as competências elencadas novamente na Lei nº 8.662.

Os instrumentais utilizados pelas assistentes sociais na PPL consistem em entrevistas³⁰, relatórios, visitas domiciliares e dinâmicas de grupo³¹.

Sobre os instrumentos, Guerra os conceitua como

[...] elementos postos na relação entre o assistente social e os usuários, na perspectiva de efetivar respostas planejadas e projetadas pelo profissional. Assim, os instrumentos se revestem de uma intencionalidade profissional. Serão acionados, mobilizados, utilizados, criados em consonância com as finalidades da intervenção profissional, contribuindo para a passagem da teoria à prática, do ideal ao real. São eles os veículos que permitem materializar os objetivos profissionais através de ações concretas. (GUERRA, 2014, p. 34).

³⁰ As entrevistas com os familiares ocorrem nas dependências da SEVEP ou nas visitas domiciliares, dependendo da especificidade de cada processo. As entrevistas com os(as) reeducando(as) ocorrem por videoconferência quando eles(as) estão recolhidos(as) em algum estabelecimento prisional. Quando estão em liberdade, as entrevistas são realizadas nas dependências da SEVEP ou nas visitas domiciliares, levando-se em consideração a singularidade de cada situação.

³¹ As dinâmicas de grupo acontecem em duas oportunidades distintas. Primeiramente, com os familiares, quando todos estão reunidos em um momento que antecede a entrevista individual para a qual eles foram convocados. Tal dinâmica é realizada objetivando recepcionar os familiares, proporcionando-lhes um ambiente mais acolhedor. As dinâmicas ocorrem também nas apresentações bimestrais das pessoas que estão em Prisão Domiciliar Especial. Tais dinâmicas são realizadas com o intuito de contribuir na ressocialização dos(as) apenados(as).

Assim, passamos a observar alguns elementos que permeiam os relatórios elaborados pelas assistentes sociais da PPL.

Inicialmente ressalta-se que os relatórios aqui inseridos, bem como os demais documentos anexados a este trabalho, fazem parte de processos públicos, cujo acesso é, em regra, franqueado a qualquer pessoa.

O princípio da publicidade está previsto no inciso LX do art. 5º, da CF/88, que diz: "a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.", dispensando-se assim as devidas autorizações formais para se ter acesso aos referidos processos, bem como a submissão do presente trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília.

Porém, o Art. 198 da LEP preconiza que é proibida “ao integrante dos órgãos da execução penal, e ao servidor, a divulgação de ocorrência que perturbe a segurança e a disciplina dos estabelecimentos, bem como exponha o preso à inconveniente notoriedade, durante o cumprimento da pena”. Dessa forma, optou-se por suprimir todos os dados que pudessem identificar os atores envolvidos nos processos analisados.

Foram selecionados três processos: dois referente ao acompanhamento de pessoas às quais foi concedida Prisão Domiciliar Especial e outro referente à análise das Saídas Temporárias.

Análise do processo 1

O primeiro processo consiste na concessão de Prisão Domiciliar Especial, concedida inicialmente via Habeas Corpus (Anexo A). Ressalta-se que decisões provenientes das Turmas (onde os Desembargadores atuam) devem ser acatadas integralmente pelos juízes de direito que atuam nas Varas e Juizados.

A Juíza da VEP então encaminha o referido processo para a SEVEP, resultando assim no relatório da assistente social (Anexo B), a qual relatou a situação familiar da reeducanda e sugeriu a “fiscalização constante na residência da sentenciada” para averiguar se a mesma se encontra realmente em casa. Esse último trecho poderia ser uma evidência do controle que o Estado exerce sobre o indivíduo.

Foi pedido pela defesa da interna que ela participasse de uma entrevista a respeito de um projeto de Lei que versava sobre Direito Penitenciário. Apesar do parecer contrário do MPDFT, a Juíza entendeu que é direito da pessoa em restrição de liberdade não ter outros direitos (que, diga-se de passagem, são relativos) cerceados (Anexo C). Essa divergência (Judiciário e

Ministério Público) ressalta a subjetividade (que permite interpretações diversas do Direito objetivo) existente no sociojurídico, campo de atuação do assistente social.

Prosseguindo, a partir de um novo atendimento, um segundo relatório (Anexo D) foi elaborado pela assistente social elencando as dificuldades da apenada junto à rede de saúde, o atendimento de necessidades sociais e o reforço, mais uma vez, da fiscalização policial.

O próximo relatório (Anexo E) apresenta algumas intervenções interessantes. Além de informar sobre o atendimento médico da filha da reeducanda, a assistente social deixou claro que haverá mudança de endereço. Isso é de grande importância porque a pessoa que está em Prisão Domiciliar não pode se mudar sem antes comunicar o Juízo, configurando-se aqui mais uma vez a presença controladora estatal no cotidiano da pessoa em situação de apenada. Além disso, a profissional antecipou os procedimentos relativos ao atendimento médico da filha da reeducanda para garantir a análise tempestiva de sua situação, quanto à continuidade ou não da Prisão Domiciliar.

Nota-se também a articulação para viabilizar que a reeducanda seja autorizada a participar de oitiva (audiência) referente a reconhecimento de paternidade de sua filha, privilegiando assim acesso a direitos civis. Ressalta-se que foi solicitada pela terceira vez a fiscalização policial do cumprimento da pena. Isso se deve, muito provavelmente, pelo fato da instituição responsável pela fiscalização ainda não ter feito nenhuma visita à apenada. Isso ocorre constantemente no Distrito Federal por conta da escassez de servidores na respectiva atividade.

O Anexos F e G dizem respeito, respectivamente, ao novo relatório produzido pela assistente social, contendo informações a respeito do atendimento médico dispensado à filha da reeducanda, e ao parecer do MPDFT, favorável ao prosseguimento normal do processo tendo em vista o preenchimento da condicionante para que o direito continue sendo atendido.

Para finalizar a análise desta reeducanda, apresentamos os Anexos H e I, ressaltando: 1) como o direito à Prisão Domiciliar Humanitária favoreceu o contexto familiar da apenada, influenciando positivamente na vida escolar de sua filha (Anexo H); e 2) a relevância dos relatórios elaborados pela assistente social, sobretudo quando se lê o terceiro parágrafo da decisão (“especialmente dos relatórios da Seção Psicossocial”) (Anexo I). Isso corrobora a importância de tal instrumento, juntamente com todos os outros documentos elaborados pelos demais atores atuantes na execução penal, para assegurar acesso a direitos aos quais a apenada faz jus.

Análise do processo 2

O segundo processo analisado refere-se a análise psicossocial a fim de subsidiar a

análise judicial concernente às Saídas Temporárias.

O interno, que foi atendido via videoconferência, queixou-se da demora em receber atendimento médico e odontológico (Anexo J).

Cabe explicar que, no sistema prisional brasileiro, quando o interno já se encontra no Centro de Progressão Penitenciária – CPP³², muito provavelmente ele goza das *saidinhas*: saídas quinzenais aos finais de semana concedidas pelo diretor do estabelecimento prisional e, certamente, será liberado no *saidão* seguinte. Assim, quando um processo é encaminhado à SEVEP e é verificado que o interno já se encontra no CPP, é feita uma certidão apenas atestando tal fato e devolve-se o processo.

Tal procedimento não aconteceu neste processo específico. Após a videoconferência, verificou-se que o reeducando já havia sido transferido para o CPP, porém por conta das demandas a respeito da saúde do interno, a assistente social sugeriu oficializar o CPP a respeito disso.

Por conta da informação de que o apenado ainda não havia informado seu endereço onde usufruiria as Saídas Temporárias, o MPDFT requereu que se oficiasse a Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias – UNAF³³ a fim de informar disponibilidade de vaga (Anexo K).

No Anexo L verifica-se o atendimento, por parte da Juíza, da sugestão da assistente social de providenciar, junto ao estabelecimento prisional, os devidos atendimentos para promoção da saúde do interno, bem como o acolhimento do parecer do MPDFT no tocante a oficializar a UNAF (Anexo L).

A solicitação efetiva de atendimento médico, odontológico e farmacêutico consta do Anexo M, o qual foi atendido e respondido pelo ofício do CPP (Anexo N).

Foi providenciado também o ofício referente à informação de endereço do reeducando (Anexo O), sendo devidamente respondido (Anexo P).

O ofício à UNAF não foi providenciado, conforme consta no Anexo Q.

No Anexo R pode-se constatar uma certidão que atesta a regularização cadastral do endereço do interno.

Por último, no Anexo S, que oficializa a concessão das Saídas Temporárias, estabelecendo as regras para seu usufruto. Observa-se, nas condições impostas (porém justificáveis, levando-se em conta o Estado Penal) ao reeducando, mais uma vez a iniciativa estatal de vigiar o *criminoso*, cerceando sua liberdade e seu direito constitucional de ir e vir.

³² Para uma maior compreensão a respeito dos estabelecimentos prisionais do Distrito Federal sugerimos acessar os sites <<http://sesipe.sejus.df.gov.br>> e <<http://www.tjdft.jus.br/cidadãos/execucoes-penais/vep/estabelecimentos-penais-1>>

³³ Conhecida também como *Albergue do Areal*.

Análise do processo 3

Esse processo apresenta a situação de uma senhora com várias enfermidades, em cujo processo foi anexado relatório médico do estabelecimento prisional (Anexo T).

Por sua vez, o MPDFT recebeu, em visita ao estabelecimento prisional, pedido da interna referente a atendimento médico. O Ministério Público encaminhou então o requerimento constante do Anexo U. Salienta-se que, neste caso, quem deflagrou processualmente a análise dos benefícios aos quais a interna teria direito foi justamente a instituição que, por ser o *fiscal da lei*, é reconhecida socialmente mais *acusatória* que *defensora*. Manifestando-se, assim, mais uma vez a contradição que permeia todo o Estado, em todas as suas instituições, poderes e esferas.

No Anexo V, verifica-se requerimento do MPDFT a fim de viabilizar perícia médica do estado de saúde da reeducanda, o que é atendido na decisão constante do Anexo W.

O parecer do Ministério Público (Anexo X) analisa pedido de concessão de Prisão Domiciliar, em caráter provisório, realizado pela Defensoria Pública. Ressalta-se uma curiosidade: tal petição trouxe em seu conteúdo o pedido para que se atendessem o princípio da isonomia ao lembrar que, em situação análoga, o benefício fora concedido a um político influente, condenado na Ação Penal 470 (conhecida como *Mensalão*). Considera-se essa informação um recorte de como, geralmente, o direito penal funciona, proporcionando para os ricos direitos que, ao pobre, são negados ou, no mínimo, cerceados.

Outro fato interessante é que o MPDFT interpreta a LEP de forma favorável à interna, indo além do que foi pedido: a Defensoria Pública peticionou pela Prisão Domiciliar Especial provisória até que se realizasse a perícia médica oficial; o MPDFT sugere o caráter definitivo do direito. Para além disso, prestigia implicitamente o princípio constitucional da eficiência (quando fala da burocracia estatal) e explicitamente o princípio da dignidade humana.

Por fim, o Anexo Y apresenta a decisão de deferimento da Prisão Domiciliar Especial e encaminha o processo para a SEVEP, para ciência e acompanhamento, o qual foi devidamente executado (Anexo Z). Inclusive, observa-se que a assistente social orientou a filha da reeducanda a ser atendida na Defensoria Pública no que concerne a novos pedidos.

Considerações a respeito da atuação processual das assistentes sociais

A análise da atividade profissional do Serviço Social no sociojurídico, sob os breves apontamentos apresentados, evidencia sua importante contribuição no conjunto que compõe a execução penal consubstanciada na atuação de seus atores, que na especificidade deste trabalho,

são: a VEP/DF e sua Seção Psicossocial, Promotorias de Execução Penal – MPDFT, Defensoria Pública – Núcleo de Assistência Jurídica de Execuções Penais, os operadores terminais do sistema prisional³⁴ e os indivíduos sociais e seus familiares.

Configura-se, nesse complexo sacionormativo, a evidência de que

[...] o significado sociopolítico, a direção social da intervenção, o projeto profissional, as metodologias, instrumentos e técnicas de intervenção não são elementos iminentes ao modo de ser e de se constituir do Serviço Social. Antes, são determinações sócio-históricas externas à sua constituição, engendradas pela dinâmica do processo histórico que, em última instância, independem da opção teórico-ideológica do assistente social, mas somente em última instância, já que as metodologias e o instrumental técnico-político, enquanto elementos fundamentalmente necessários à objetivação das ações profissionais, compõem o *projeto* profissional. (GUERRA, 2014, p. 229).

Assim, a análise realizada nos processos, no que se refere à atuação do Serviço Social no sociojurídico, permite concluir que a intervenção profissional do assistente social configura-se, em alguns momentos, como contraditória no que se refere, por um lado, a garantir acesso a direitos às pessoas em cumprimento de pena e, por outro, o cumprimento da Lei. Isso confirma a tese que

Em síntese, o Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal, dispondo de estatutos legais e éticos que atribuem uma autonomia teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa à condução do exercício profissional; ao mesmo tempo, o seu exercício realiza-se mediante um contrato de trabalho com organismos empregadores – públicos ou privados, em que o assistente social figura como trabalhador assalariado, subordinado hierarquicamente a seus superiores. Estabelece-se [então] uma tensão entre autonomia profissional e condição assalariada [...]. (FÁVERO; MELÃO; JORGE, 2008, p. 18)

Isso também se evidencia, em alguma medida, no fazer profissional das demais instituições envolvidas. Dessa forma, o Serviço Social encontra os desafios inerentes a atores que atuam numa totalidade histórica na qual o Direito “tem importante papel nas esferas relacionadas à *reprodução* social” (BORGIANNI, 2013, p. 418, grifo da autora).

Os limites e desafios do Serviço Social concretizam-se em meio a uma sociedade que, no geral, não aceita que “os cidadãos que hoje se encontram na fila dos réus [...] [sejam deslocados] para a fila dos requerentes de direitos perante o Estado.” (BORGIANNI, 2013, p. 429).

³⁴ Vide nota de rodapé nº 6 (p. 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se aborda o sociojurídico no contexto da execução penal, faz-se necessário observá-lo como um conjunto de pessoas, instituições e áreas do conhecimento que atuam, a partir de legislações, políticas e interesses, num complexo substancialmente contraditório, onde

As prisões, historicamente instrumentos do controle social e punitivo do Estado, ingressaram na contemporaneidade persistindo no discurso conservador do tratamento penitenciário como “ressocializador” dos comportamentos desviantes. No entanto, perspectivas teóricas e críticas à ideologia do encarceramento como saída ao problema da criminalidade contestam os fins contraditórios das prisões como “agências de reabilitação.” (TORRES, 2014, p. 127).

Dessa forma, o Serviço Social apresenta-se como área do conhecimento em evidência no sociojurídico, no poder judiciário e na execução penal. E no cotidiano, onde o(a) assistente social está profissionalmente imbricado, é necessário que ele(a), “ao mergulhar na realidade que lhe é apresentada como objeto de estudo, seja capaz de captar as demandas apresentadas pelos sujeitos demandatários de sua intervenção” (ÁLVARES, 2012, p. 89), compreendendo que essas demandas estão ligadas à totalidade social vivenciada pelos(as) usuários(as) (ÁLVARES, 2012, p. 91).

Vale lembrar que as expectativas sociais de que o Poder Judiciário tem de resolver conflitos “confrontam-se com a incapacidade dos tribunais de dar respostas aos profundos problemas que assolam cada vez mais pessoas na sociedade capitalista em crise.” (ALAPANIAN, 2008, p. 95), manifestando-se assim mais uma contradição.

O Serviço Social é primordial no sociojurídico, sobretudo no Poder Judiciário, o qual tem papel político e função social. E, aos assistentes sociais, apresenta-se o seguinte dilema:

[...] se o cotidiano dessas instituições está impregnado da necessidade social de produção de práticas punitivas, em que medida os profissionais de Serviço Social estão corroborando essas práticas, a partir do seu saber e do conjunto de ações que desenvolvem no campo sociojurídico? (SOUZA, 2014, p. 46).

Ao concluir o presente trabalho, ressalta-se alguns traços de características profissionais das assistentes sociais observadas nos relatórios, tais como: iniciativa, percepção crítica, capacidade de observar o processo de execução penal como parte de um todo complexo e contraditório, no qual as profissionais se apropriaram da oportunidade de agir de forma ética e política, por meio da dimensão técnico-operativa de sua instrumentalidade.

É interessante também a participação do Serviço Social no sociojurídico no que concerne ao seu papel, num momento, como protagonista, noutro, como coadjuvante, transitando

entre um e outro conforme as especificidades e complexidades de cada demanda. Isso ocorre também com os demais atores, sobretudo numa área como é o Direito Penal.

Diante de tudo isso, afirma-se que a atuação profissional necessita ser ético-politicamente comprometida com os direitos sociais, as políticas sociais e a emancipação das pessoas em processo de ressocialização. Para além de requisições burocráticas e imediatistas, o/a assistente social deve apropriar-se da oportunidade de contribuir, numa estrutura capitalista onde impera o Estado Penal, para o acesso aos direitos daqueles e daquelas que lhes são constantemente limitados, senão negados.

Por fim, elencam-se alguns apontamentos para pesquisas futuras sobre o tema deste trabalho, dentre eles: 1) ampliar a quantidade de processos analisados, com o objetivo de identificar possíveis omissões, por parte do profissional de Serviço Social, na análise de todos os direitos possíveis de serem garantidos à pessoa em cumprimento de pena; 2) verificar a precarização do trabalho da pessoa em cumprimento de pena, seja no Trabalho Intramuros, seja no Trabalho Externo, sob a perspectiva do Estado Penal; e 3) aprofundar, criticamente, a análise de conceitos estruturantes ou correlatos ao Serviço Social, tais como instrumentalidade e instrumentos, interdisciplinaridade, intervenção.

REFERÊNCIAS

ALAPANIAN, Silvia. **Serviço Social e Poder Judiciário**: reflexões sobre o direito e o Poder Judiciário. Vol. I. São Paulo: Veras Editora, 2008.

ÁLVARES, Luciana de Castro. **O estudo social**: um processo capaz de viabilizar direitos? 2012. 163f. Tese (Doutorado em Serviço Social)–Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARISON, Mônica Santos; GONÇALVES, Rafael Soares. Judicialização da questão social e a banalização da interdição de pessoas com transtornos mentais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 125, p. 41-63, jan./abr. 2016.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BEHRING, de Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de morais dos. Questão social e direitos. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. p. 267-283.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Criminologia crítica e o mito da função ressocializadora da pena. In: BITTAR, Walter Barbosa. (Coord.). **A criminologia no Século XXI**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 83-108.

BORGIANNI, Elisabete. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 115, p. 407-442, jul./set. 2013.

BRANT, Vinicius Caldeira. **O trabalho encarcerado**. Rio de Janeiro: Forense, 1994

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 06 de junho de 2016.

_____. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm>. Acesso em 06 de junho de 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm>. Acesso em 06 de junho de 2016.

_____. **Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008.** Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11697.htm>. Acesso em 06 de junho de 2016.

_____. **Mapa do encarceramento:** os jovens do Brasil. Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em <http://www.pnud.org.br/arquivos/encarceramento_WEB.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2016.

_____. **Resolução Nº 14, de 11 de novembro de 1994.** Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). Disponível em: <<http://www.crpsp.org.br/interjustica/pdfs/regras-minimas-para-tratamento-dos-presos-no-brasil.pdf>>. Acesso em 06 de junho de 2016.

_____. **Seção Psicossocial da VEP.** Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/execucoes-penais/vep/psicossocial-da-vep>>. Acesso em 06 de junho de 2016.

CARDOSO, Luzia Magalhães; SOUZA, Mirian Moura Costantin Félix de; GUIMARÃES, Roberto Ubirajara Cavalcante. Morte materna: uma expressão da “questão social”. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 102, p. 244-268, abr./jun. 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de. **Ética, ética profissional e o trabalho profissional do assistente social.** 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)—Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil:** elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2016.

_____. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico**: subsídios para reflexão. Série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Nº 4. Brasília: CFESS, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que Serviço Social quer dizer. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 748-761, out./dez. 2011.

FÁVERO, Eunice Teresinha; MELÃO, Magda Jorge ribeiro; JORGE, Maria Rachel Tolosa. (Orgs.). **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário**: construindo saberes, conquistando direitos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, Cláudia. **Em busca do consenso**: Radicalidade democrática e afirmação de direitos – Tendências contemporâneas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In.: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

_____. **A instrumentalidade serviço social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 161-196.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009. p. 341-375.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCÃO, Renato. **Execução Penal**. Coleção Saberes do Direito, nº 9. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em <<http://lelivros.online/>>. Acesso em 06 de junho de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social - Identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 141-160.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS; ABEPSS. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. p. 377-391.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. Notas Sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CRESS 7a Região. (Org.). **Assistente Social: Ética e Direitos - Coletânea de Leis e Resoluções**. 5 ed. Rio de Janeiro: Daugraf Gráfica e Editora, 2008, v. I, p. 78-85. Disponível em: <<http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>>. Acesso em 06 de junho de 2016.

SOUZA, Charles Toniolo. Práticas punitivas e Serviço Social: reflexões sobre o cotidiano profissional no campo sociojurídico. In: FÁVERO, Eunice; GOIS, Dalva Azevedo de. **Serviço social e temas sociojurídicos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 35-51.


THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

TORRES, Andrea Almeida. O Serviço social nas prisões: rompendo com a prática conservadora na perspectiva de um novo projeto profissional. In: FÁVERO, Eunice; GOIS, Dalva Azevedo de. (Org.). **Serviço social e temas sociojurídicos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 127-141.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ANEXO A – Habeas Corpus concedendo Prisão Domiciliar

URGENTE

 **TJDFT** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Ofício **TCr**

Brasília-DF,

A (o) Senhor (a)

MM. (a) Juiz (a) de Direito da Vara de Execuções Criminais-DF

Assunto: **Comunica Decisão de Julgamento.**

HBC :
Impetrante :
Paciente :
Relator :

MM. Juiz(a),

Comunico a Vossa Excelência decisão proferida no julgamento do Habeas Corpus em epígrafe, para as providências cabíveis, em sessão realizada dia por esta Egrégia Turma Criminal, no seguinte teor:


"Rejeitada a preliminar. Concedeu-se parcialmente a ordem. Unânime", a fim de determinar ao Juízo das Execuções Penais que implemente a prisão domiciliar humanitária à paciente, com fulcro no artigo 117, inciso III, da Lei de Execução Penal, até que a criança complete um ano e seis meses de idade, no mínimo. Após um ano e seis meses de idade poderá ser iniciado o processo gradual de separação, observando-se as disposições constantes na Resolução nº 04/2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, sobretudo os artigos 3º, 4º e 12 da referida norma, lógico devendo-se observar o estado clínico futuro da infante e estágio do cumprimento da pena.

Atenciosamente,

Presidente na Turma Criminal

Secretaria de Turma Criminal
Praça Municipal, Lote 1, Fórum de Brasília, Bl A, 3º andar
CEP. 70094-900, Brasília-DF

ANEXO B – Relatório 1 do Processo 1

 **TJDFT** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VEP
Vara de Execuções Penais
Seção Psicossocial (SEVEP)
SRTVS Quadra 701 – Lote 8 – Bloco N – 3º Andar – Sala 302 – Brasília/DF – CEP: 70.340-903
Telefones: (61)3103-1531 Fax: (61)3103-0684

Relatório Informativo n.º
Processo n.º: [REDACTED]
Sentenciada: [REDACTED]
Filiação: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED]
Telefone: [REDACTED]

Senhora Juíza,

Em atenção à decisão à fl. dos autos, informamos que em [REDACTED] entrevistamos nesta Seção a Sra. [REDACTED] e acompanhamos audiência para assinatura do termo da Prisão Domiciliar Humanitária, que também contou com a presença das advogadas da apenada.

A Sra. [REDACTED] estava com a filha de 1 ano de idade, que tinha boa aparência e brincava. Disse que está residindo no endereço em epígrafe de aluguel, que é uma casa de dois quartos e bem ventilada. Relatou que a filha está amamentando e com dificuldade para ingerir alimentos sólidos, motivo pelo qual foi encaminhada à nutricionista. Disse ainda que iria marcar a consulta na Pneumologia do Hospital Materno Infantil (HMIB) para a filha que também tem acompanhamento pediátrico no Centro de Saúde de sua cidade. A filha também necessita realizar exames laboratoriais

Relatou que recebe apoio socioeconômico por meio do programa Bolsa família, pastoral carcerária e benefícios sociais do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social).

A Sra. [REDACTED] disse que aguarda ser convocada no próximo mês para entrega da documentação referente ao Programa Morar Bem do Governo do Distrito Federal, no qual foi contemplada para aquisição de moradia popular.

Relatou que seus filhos de 4 e 9 anos de idade estão com o pai na cidade de [REDACTED] pois ele tem a guarda provisória deles. Mostrou-se preocupada com o estado de vulnerabilidade dos filhos, pois segundo ela o pai

ANEXO B – Relatório 1 do Processo 1 (Continuação)**TJDFT**Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**VEP**

Vara de Execuções Penais

Seção Psicossocial (SEVEP)

SRTVS Quadra 701 – Lote 8 – Bloco N – 3º Andar – Sala 302 – Brasília/DF – CEP: 70.340-903

Telefones: (61)3103-1531 Fax: (61)3103-0684

não tem condições de oferecer toda a atenção necessária em relação á saúde e aos cuidados, por trabalhar o dia inteiro. Afirmou que nos fins de semana estava buscando de ônibus os filhos para ficarem com ela.

Disse que não tem uma pessoa para deixar a filha mais nova, caso tenha que retornar ao presídio e que isto a traz muito sofrimento. Trouxe comprovantes de atendimentos de saúde e em assistência social anexos.

Esclarecemos que o próximo atendimento nesta Seção para acompanhamento da Prisão Domiciliar está agendado para [redacted] às 13 h.

Sugerimos também que seja oficiado o órgão competente para fiscalização constante na residência da sentenciada


Assim, submetemos o presente relatório à apreciação de Vossa Excelência.

Brasília,

[redacted]

ANEXO C – Decisão judicial autorizando entrevista

35
0

 **TJDFT** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO DF

Autos nº [REDACTED]
(Processo) [REDACTED]

DECISÃO

Autos n. [REDACTED] - IPs n. [REDACTED] Delegacia de Polícia
Registro Criminal: [REDACTED]
Executada [REDACTED] filho de [REDACTED] e [REDACTED]

Trata-se de pedido formulado pela Defesa da sentenciada, pugnando por autorização deste Juízo, para a realização de entrevista à TV Câmara, versando sobre projeto de Lei recentemente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, cujo objeto é regulamentar a assistência médica prestada à presa gestante.

O Ministério Público se manifestou, nos termos do parecer de fls. [REDACTED] pugnando pelo indeferimento do pedido.

Compulsando-se os autos, verifico que a sentenciada encontra-se cumprindo pena em Prisão Domiciliar, concedida pela Turma Criminal deste Tribunal nos termos do art. 117, III.

A Lei de Execução Penal estabelece que ao preso serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela Lei.

Com efeito, sabe-se que os direitos da personalidade, nos quais se incluem a imagem, a intimidade, a privacidade, bem como o direito de livre expressão não são atingidos por sentença penal condenatória a pena privativa de liberdade, a qual limita principalmente a liberdade de locomoção da pessoa condenada.

É verdade que a Lei de Execução Penal também estabelece que é direito do preso a proteção contra qualquer tipo de sensacionalismo, conforme o seu art. 40, VII.

Entretanto, entendo que tal proteção não se enquadra no presente caso, uma vez que a natureza do pedido, o qual foi apresentado pela própria Defesa, demonstra de forma suficiente a concordância da sentenciada em realizar a entrevista. Com efeito, não é razoável supor que a advogada constituída pela própria apenada realizaria pedido contrário à sua vontade.

É importante ressaltar, ainda que consta do requerimento a intimação de [REDACTED] que serão preservados o nome, a voz e a imagem da apenada.

Documento não assinado digitalmente 1 / 2

ANEXO C – Decisão judicial autorizando entrevista (continuação)

TJDFT Documento não assinado digitalmente

Dessa forma, não vislumbro a existência de óbice legal ao deferimento do pedido, desde que mantido o cumprimento das condições estabelecidas para a Prisão Domiciliar deferida nos autos.

No caso da interna, foram fixadas para o cumprimento da pena em Prisão Domiciliar as condições estabelecidas no Termo de Compromisso de fls. [REDACTED], dentre as quais está a obrigação de permanência da apenada em sua residência em período integral, salvo em caso de estrita necessidade de saúde ou assistência social da sua filha, cujo cuidado e acompanhamento foram os principais fundamentos para a concessão do benefício.

De acordo com o pedido apresentado a entrevista poderá ser concedida na própria residência da sentenciada.

Pelo exposto, **DEFIRO o pedido de fls. [REDACTED]**, para autorizar a realização de entrevista da sentenciada à TV Câmara.

Intimem-se.

[REDACTED]

I Distrito Federal, [REDACTED]

[REDACTED]


JUIZ(A) DE DIREITO

[REDACTED]

[REDACTED]

Documento não assinado digitalmente

ANEXO D – Relatório 2 do Processo 1

 **TJDFT** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VEP
Vara de Execuções Penais
Seção Psicossocial (SEVEP)
SRTVS Quadra 701 – Lote 8 – Bloco N – 3º Andar – Sala 302 – Brasília/DF – CEP: 70.340-903
Telefones: (61)3103-1531 Fax: (61)3103-0684

Relatório Informativo n.º
Processo n.º: [REDACTED]
Sentenciada: [REDACTED]
Filiação: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED]
Telefone: [REDACTED]

Senhora Juíza,

Em atenção à decisão à fl. [REDACTED] dos autos, informamos que em
entrevistamos nesta Seção a Sra. [REDACTED] para acompanhamento da Prisão
Domiciliar Humanitária, que estava acompanhada dos filhos [REDACTED] e [REDACTED]

A sentenciada disse que a filha [REDACTED] (1 ano e 2 meses de idade) tem
consulta marcada dia [REDACTED] na Pediatria do Centro de Saúde de sua
cidade. Ressaltou que está em processo para introdução de alimentação sólida
para a filha e que ainda não conseguiu a consulta com nutricionista, devido a
dificuldades de marcação na Rede Pública de Saúde.

Disse que participou de uma palestra sobre asma realizada no Centro de
Saúde e que ainda não conseguiu fazer alguns exames laboratoriais da filha,
pois alguns reagentes estavam em falta. afirmou que o filho [REDACTED] de 4
anos de idade, que morava com o pai, está residindo com ela, pois estava sob
os cuidados de uma vizinha que se mudou do local. O pai da criança trabalha o
dia inteiro e não tinha com quem deixar o filho.

A Sra. [REDACTED] relatou que recebeu o auxílio-vulnerabilidade e cesta básica
concedido pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) afirmou

ANEXO D – Relatório 2 do Processo 1 (continuação)

que o pai de dois de seus filhos (e) também a ajuda com alimentos e nas despesas diárias.

Verificamos que a estrutura precária da Rede de Saúde do DF tem dificultado o acesso da Sra. a consultas e exames para a filha

Ressaltamos que a sentenciada demonstrou que tem insistido na busca destes atendimentos, contudo sem sucesso .


Esclarecemos que o próximo atendimento nesta Seção para acompanhamento da Prisão Domiciliar está agendado para às 13 h.

Reiteramos o pedido para que seja oficiado o órgão competente para fiscalização constante na residência da sentenciada.

Assim, submetemos o presente relatório à apreciação de Vossa Excelência.

Brasília,

ANEXO E – Relatório 3 do Processo 1

 **TJDFT** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VEP
Vara de Execuções Penais
Seção Psicossocial (SEVEP)
SRTVS Quadra 701 – Lote 8 – Bloco N – 3º Andar – Sala 302 – Brasília/DF – CEP: 70.340-903
Telefones: (61)3103-1531 Fax: (61)3103-0684

Relatório Técnico n.º
Processo n.º: [REDACTED]
Sentenciada: [REDACTED]
Filiação: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED]
Telefone: [REDACTED]

Senhora Juíza,

Em atenção à decisão à fl. dos autos, informamos que em entrevistas nesta Seção a Sra. [REDACTED] para acompanhamento da Prisão Domiciliar Humanitária, que estava acompanhada dos filhos [REDACTED] e [REDACTED].

A sentenciada disse que a filha [REDACTED] foi atendida no Centro de Saúde como emergência devido à diarreia, vômitos e ficou uma tarde em observação. Apresentou também anemia que segundo a Sra. [REDACTED] já teve melhora. Relatou que foi marcada outra consulta na pediatria em [REDACTED], conforme cartão de consulta anexo.

Afirmou que a filha realizou exames laboratoriais de urina e sangue. Esclareceu que a pediatra informou que [REDACTED] não necessita de acompanhamento nutricional, pois apesar de ainda se alimentar de leite materno, apresenta boa adaptação a alimentação convencional.

A Sra. [REDACTED] comunicou que nos próximos dias irá se mudar para o endereço em epígrafe, que localiza-se próximo à residência de [REDACTED] que é o pai dos dois filhos: [REDACTED] e [REDACTED], de [REDACTED] e [REDACTED] anos de idade respectivamente. Afirmou que [REDACTED] também irá morar com ela, pois em dois dias fica na escola em período integral e nos outros dias vai para a casa da madrastra, que segundo a entrevistada não possui um ambiente adequado para filha.

ANEXO E – Relatório 3 do Processo 1 (continuação)

A entrevistada disse que continua recebendo ajuda dos Vicentinos e Pastoral Carcerária pertencentes da igreja católica em relação à fraldas e alimentos.

Constatamos que durante a entrevista [redacted] estava com boa aparência, é curiosa, brincava com o irmão e caminhava pela sala interagindo com a mãe e outras pessoas. Verificamos também que nos últimos dois meses ocorreram vários atendimentos de saúde com a criança, que é algo positivo para o desenvolvimento adequado da criança.

Considerando a decisão à fl. [redacted] dos autos e o fato de que [redacted] irá completar 1 ano e seis meses em 01/10/2015, realizamos encaminhamento à assistente social do Centro de Saúde em que a criança é acompanhada, a fim de solicitar a antecipação da consulta agendada para outubro. Tal pedido foi realizado com o intuito de verificar o atual quadro de saúde de [redacted] e os cuidados que necessita, para subsidiar decisão deste Juízo quanto a um provável início do processo gradual de separação da mãe com a criança ou a continuidade da Prisão Domiciliar Humanitária.

Informamos ainda que recebemos o ofício anexo da Promotoria de Justiça de Defesa da Filiação, solicitando autorização para comparecimento da Sra. [redacted] em oitiva para instrução em processo de reconhecimento de paternidade.

Em [redacted] realizamos contato telefônico à referida Promotoria e a técnica que acompanha os autos, Sra. [redacted], **informou que a data da oitiva será em [redacted] às 10 h.**

Por coincidência, a Sra. [redacted] compareceu nesta Seção Psicossocial neste mesmo dia, relatando que conseguiu antecipar a consulta de [redacted] para [redacted]. Informamos a ela sobre a oitiva e da necessidade de autorização deste Juízo para comparecimento. Ela esclareceu que trata-se de processo de reconhecimento de paternidade do pai de [redacted], que foi realizado exame de DNA e o resultado ainda é desconhecido. Disse que o pai de [redacted] é usuário de drogas e que nunca se importou com a criança.

Assim, encaminhamos os autos para análise da autorização de comparecimento na oitiva em caráter de urgência.

Reiteramos o pedido para que seja oficiado o órgão competente para fiscalização constante na residência da sentenciada.


Esclarecemos que o próximo atendimento nesta Seção para acompanhamento da Prisão Domiciliar está agendado para [redacted] às 13 h.

Assim, submetemos o presente relatório à apreciação de Vossa Excelência.

Brasília, [redacted]

ANEXO F – Relatório 4 do Processo 1

K
375

 **TJDFT** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VEP
Vara de Execuções Penais
Seção Psicossocial (SEVEP)
SRTVS Quadra 701 – Lote 8 – Bloco N – 3º Andar – Sala 302 – Brasília/DF – CEP: 70.340-903
Telefones: (61)3103-1531 Fax: (61)3103-0684

Relatório Informativo n.º
Processo n.º: [REDACTED]
Sentenciada: [REDACTED]
Filiação: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED]
Telefone: [REDACTED]

Senhora Juíza,

Em atenção à decisão à fl. dos autos, informamos que em a Sra. compareceu nesta Seção Psicossocial e apresentou relatório médico de consulta realizada pela filha em , receituário e encaminhamento para Palestra e marcação de consulta na Pneumologia. Ressaltou que foi receitado à filha o medicamento Salbutamol que segundo a Sra. "é mais forte" devido à crises de asma que a criança tem apresentado.

Disse que compareceu na audiência agendada na Promotoria de Justiça Defesa da Filiação e que foi confirmado por teste de DNA a paternidade da filha. Contudo, não houve comparecimento do pai ou familiares deste na referida audiência. Relatou que o processo terá continuidade para registro do nome do pai na certidão de nascimento da criança.

Neste sentido, submetemos o presente relatório à apreciação de Vossa Excelência.

Brasília,

ANEXO G – Parecer do Ministério Público atestando a regularidade processual

385


MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Processo nº [REDACTED]
Sentenciada [REDACTED]

MM. Juiz,

Ciente de todo o processado.

Foi juntado aos autos o relatório da Seção Psicossocial (fl. [REDACTED]) tendo sido informado que a apenada segue com o indispensável tratamento da saúde de sua filha.


Na esteira do exposto, o Ministério Público requer o prosseguimento do feito.

Brasília. [REDACTED]

[REDACTED]

Promotora de Justiça

ANEXO H – Declaração da escola da filha da Apenada



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DO


DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a aluna: _____ filha da senhora: _____
no início do ano estava vindo pra escola desmotivada, com roupinhas
sujas e com piolhos na cabeça. A família foi comunicada em uma reunião de pais, onde quem
veio foi a tia. A _____ morava com o pai, que trabalha o dia todo e nem sempre tinha
condições para vir à escola e acompanhar os estudos e situação da filha. Porém a partir do mês
de março com o retorno da mãe ao seio da família, a aluna melhorou a auto-estima, vindo
sempre limpinha e com os materiais completos, dentro das possibilidades da mãe.


Supervisora Pedagógica

Professora da aluna

Vice Diretora



**ANEXO I – Decisão judicial concedendo liminar mantendo a
Prisão Domiciliar Especial (humanitária)**

 **TJDF** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
VARA DE EXECUÇÕES PENAS DO DF

Autos nº [REDACTED]
(Processo antigo nº [REDACTED])

DECISÃO

Autos n. [REDACTED] - IPs n. [REDACTED] Delegacia de Polícia [REDACTED]
Registro Criminal: [REDACTED]
Executada: [REDACTED]

Cuida-se de sentenciada beneficiada com prisão domiciliar humanitária, por decisão proferida pela Turma Criminal no julgamento do *habeas corpus* nº [REDACTED] (fls. [REDACTED]). A citada decisão estabeleceu a duração do benefício até que a filha da apenada completasse 01 ano e 06 meses de idade, quando então poderia se iniciar o processo gradual de separação.

A defesa requer a manutenção da prisão domiciliar, em caráter liminar, tendo em vista que a menor completa a idade limite de 01 ano e 06 meses na presente data (fls. [REDACTED]).

Do compulsar dos autos, especialmente dos relatórios da Seção Psicossocial, verifico que a apenada se encontra cumprindo regularmente as exigências relativas ao benefício, as quais constam do termo de compromisso [REDACTED].

Importante pontuar, também, que o delicado quadro de saúde da menor, ressaltado pela defesa, já é de conhecimento deste Juízo, mormente pelos diversos comprovantes e atestados apresentados pela sentenciada por ocasião dos atendimentos na Seção Psicossocial.

Por todo o exposto, **CONCEDO A LIMINAR a fim de manter vigente a prisão domiciliar humanitária concedida à sentenciada [REDACTED], até que este Juízo profira decisão definitiva acerca do pedido.**

Encaminhe-se cópia da presente decisão à SESIPE, bem como à PFDF.


Ato contínuo, **encaminhem-se os autos à Seção Psicossocial solicitando a elaboração de relatório atualizado, como forma de subsidiar posterior decisão acerca do pedido de prisão domiciliar.**

Com juntada do relatório da Seção Psicossocial, dê-se vista ao Ministério Público.

Por fim, conclusos.

Documento não assinado digitalmente

ANEXO J – Relatório 1 do Processo 2

 **TJDFT** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VEP
Vara de Execuções Penais
Seção Psicossocial (SEVEP)
SRTVS Quadra 701 – Lote 8 – Bloco N – 3º Andar – Sala 302 – Brasília/DF – CEP: 70.340-903
Telefones: (61)3103-1531 Fax: (61)3103-0684

Relatório Técnico nº: [REDACTED]
Processo [REDACTED]
Sentenciado: [REDACTED]
Filiação: [REDACTED]

Senhora Juíza,

Em cumprimento à decisão de fl. [REDACTED] dos autos, que solicita a elaboração de relatório com o propósito de subsidiar a análise das saídas temporárias, informamos que em [REDACTED] o Sr. [REDACTED] foi atendido por videoconferência, ocasião na qual informou que recebeu sua última visita em dezembro de [REDACTED] (Sr. [REDACTED], amigo).

O reeducando relatou que aguarda cirurgia proctológica no HRAN há três anos, bem como que espera atendimento odontológico há bastante tempo. Estudou até a sétima série do ensino fundamental, é eletricista e jardineiro e afirma ter interrompido o consumo de maconha há três anos. Informou ainda o endereço de seus tios, Sra. [REDACTED] e Sr. [REDACTED] ([REDACTED]), que segundo o interno estariam dispostos a recebê-lo em suas saídas temporárias.

Houve três tentativas de entrega de telegrama convocando para entrevista no endereço citado, que retornaram com a informação "ausente". Verifica-se que em [REDACTED] o Sr. [REDACTED] foi transferido para o CPP, com possível usufruto futuro das saídas quinzenais. Em contato telefônico ao CPP em [REDACTED] o Núcleo de Vigilância (NUVIG), informou que o sentenciado ainda não apresentou endereço para as saídas temporárias.

Dessa forma, sugere-se, S.M.J., que seja oficiado o CPP para providenciar ao interno atendimento médico e odontológico e comunicar a esta Seção Psicossocial se já foi informado algum endereço para as saídas quinzenais.


É o relatório.

Brasília, [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

ANEXO K – Parecer do Ministério Público


MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÕES PENAS

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUIZA DE DIREITO DA VARA DE
EXECUÇÕES PENAS DO DISTRITO FEDERAL**

Autos n.º : [REDACTED]
Sentenciado: [REDACTED]

Tendo em vista o relatório da Seção Psicossocial de fl. [REDACTED], o Ministério Público requer seja o sentenciado encaminhado para atendimento médico e odontológico com o envio dos relatórios de atendimento.

Quanto às saídas temporárias, requer que seja verificado a existência de novo endereço para recebimento do interno nas saídas. Na falta de indicação de um endereço, requer que seja oficiado à UNAF – Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias, para que informe a disponibilidade de vaga para o acolhimento do sentenciado naquela unidade.


Brasília, [REDACTED]

[REDACTED]

PROMOTORA DE JUSTIÇA

ANEXO L – Decisão judicial acatando sugestões da SEVEP e do Ministério Público

18

 **TJDF** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO DF

Autos nº
(Processo antigo nº)

Despacho

Executado: _____, filho de _____ e _____

Registro Criminal: _____

Ante as informações trazidas aos autos pela Seção Psicossocial deste Juízo, oficie-se ao estabelecimento prisional, com cópia do relatório de fl. _____, solicitando o devido atendimento médico, odontológico e farmacêutico ao interno, nos termos do art. 14 da LEP.


Solicite-se no expediente, igualmente, que o reeducando decline um outro endereço para possível usufruto de saídas temporárias.

Sem prejuízo, oficie-se conforme requerido pelo Ministério Público à fl. _____, último parágrafo.

/Distrito Federal, _____

JUIZ(A) DE DIREITO

ANEXO M – Ofício encaminhado ao sistema prisional

 **TJDF** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO DF
SRTVS - QD. 701 - LOTE 8 - BLOCO N. 2º ANDAR, SALA 205 - BRASÍLIA (SETOR DE RÁDIO E TELEVISÃO SUL) - DF CEP 70340-000 -
Telefone: (61)3103-1515 - Fax: (61)3103-0696
Horário de funcionamento: 12:00 às 19:00 horas

Ofício nº

Distrito Federal,

Autos nº
(Processo antigo nº)

A Sua Senhoria o Senhor

Diretor do Centro de Progressão Penitenciária - CPP
SIA Trecho 4 Lote 170/180
Brasília-DF

Assunto: **Solicitação de atendimento médico, odontológico e farmacêutico**

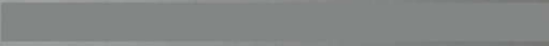
Senhor Diretor,

De ordem da MM. Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais do DF, solicito a Vossa Senhoria as **urgentes** providências necessárias no sentido de encaminhar imediatamente o sentenciado , filho de e , para atendimento médico, odontológico e farmacêutico pela equipe de saúde desse estabelecimento, ou pela rede pública, se necessário.

2. Solicito, outrossim, o encaminhamento a este Juízo de confirmação de realização de referido atendimento.

3. Solicito, por fim, que o reeducando decline um outro endereço para possível usufruto de saídas temporárias.

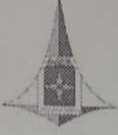
Respeitosamente,



Assessora

ANEXO N – Ofício de resposta do estabelecimento prisional

8



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania
Subsecretaria do Sistema Penitenciário
Centro de Progressão Penitenciária
Direção Geral

OFICIO Nº

GEAIT/CPP

Brasília-DF, _____

Assunto: Encaminha resposta ao ofício nº _____

Senhora Juíza,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho, em anexo, Relatórios Médico e Odontológico do sentenciado _____, filho de _____ e _____. Informo, ainda, que o interno encontra-se medicado e realiza tratamento odontológico neste estabelecimento prisional.

Respeitosamente,

Diretor do Centro de Progressão Penitenciária

A Sua Excelência a Senhora

Juíza da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal
SRTVS Quadra 701, Bloco N, Lote 08 – 2º Andar.
CEP.: 70.340-903 - Brasília/DF

Centro de Progressão Penitenciária
SIA Trecho 4 – LOTE 1600/1680 - CEP 71.200-040 – Brasília-DF
Fone: 3361-1014 – Fax 3361-0252

ANEXO N – Ofício de resposta do estabelecimento prisional (continuação)**RELATÓRIO ODONTOLÓGICO**

O paciente [REDACTED] foi atendido pela equipe odontológica do Centro de Progressão Penitenciária no dia [REDACTED], sendo realizada exodontia do elemento 37, de acordo com sua queixa principal, promovendo assim o tratamento emergencial e eliminação da dor.

O paciente foi acrescentado na lista de atendimento odontológico para realização do restante do tratamento, definido como eletivo.

[REDACTED]
Cirurgião - Dentista


Mat: [REDACTED]

CRO- DF [REDACTED]

Brasília, [REDACTED]

ANEXO O – Ofício solicitando o *Termo de declarações do interno*

194

 **TJDF** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO DF
SRTVS - QD. 701 - LOTE 8 - BLOCO N. 2º ANDAR, SALA 205 - BRASÍLIA (SETOR DE RÁDIO E TELEVISÃO SUL) - DF CEP 70340-000 -
Telefone: (61)3103-1515 - Fax: (61)3103-0696
Horário de funcionamento: 12:00 às 19:00 horas

Ofício nº _____

Autos nº _____
(Processo antigo nº _____)

A Sua Senhoria a Senhora _____

Diretor do Centro de Progressão Penitenciária - CPP
SIA Trecho 4 Lote 1600/1680
Brasília-DF

Assunto: Termo de declarações de interno.

Senhor Diretor,

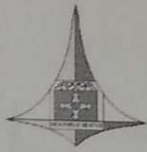
De ordem da MM. Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais do DF, Dra. _____, solicito providências a cargo de Vossa Senhoria no sentido de colher termo de declarações do sentenciado _____, filho de _____ e _____, para que informe um outro endereço para possível usufruto de saídas temporárias.

Atenciosamente,

Diretora de Secretaria Substituta

ANEXO P – Ofício encaminhando o *Termo de declarações do interno*

196
B



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania
 Subsecretaria do Sistema Penitenciário
 Centro de Progressão Penitenciária
 Direção Geral

OFÍCIO Nº _____ **– DG/ CPP**

SISPROT: _____ -CPP/SESIPE/SSP/DF

Brasília, _____

Cópia à PROEP/MPDFT e SESIPE.

Assunto: **Termo de declarações** – _____

Senhora Juíza,

Com meus cordiais cumprimentos, em atenção aos termos do Ofício -VEP, informo a Vossa Excelência que em _____ foi interrogado o interno _____, prontuário _____, onde declarou residir no endereço: _____, que permaneceu neste endereço durante a saída especial do Dia das Mães, e que não tem outro endereço que possa informar, conforme termo de declarações, em anexo.

Respeitosamente, _____


Diretor do CPP

A Sua Excelência, a Senhora,
 Doutora
 Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal – VEP/TJDFT
 N E S T A

<Centro de Progressão Penitenciária>
 <SIA Trecho 04 lote 1600/1680>
 Brasília/DF – CEP: 71.200-040
 Fone: (61) 3361-3793
 mrrs

ANEXO P – Ofício encaminhando o Termo de declarações do interno (continuação)

19
8



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA
SUBSECRETARIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA

TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos _____ mês de _____ do ano de _____, na sala da GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA, à presença dos Agentes _____, presidente do Termo de Declaração e _____, como ajudante do Termo de Declaração, compareceu o sentenciado _____, prontuário nº: _____, filho de _____ e _____, nascido em _____, que sabe ler e escrever, detentor dos benefícios de trabalho externo e saídas temporárias, que atualmente não está exercendo nenhuma atividade laboral; condenado à pena de reclusão de _____ anos, _____ meses e _____ dias; QUE adentrou o CPP no dia _____ oriundo da PDF-II.

INDAGADO a respeito dos fatos contidos no ofício nº _____ -VEP, no qual solicita informações a respeito de um endereço para o usufruto de saídas temporárias. O sentenciado acima qualificado informa que reside no mesmo endereço desde quando foi preso, cito qual _____; QUE antes de ser preso residia no "_____"; QUE nenhum parente reside no antigo endereço; QUE saiu na saída especial do dia das mães de _____ e permaneceu no endereço atual até o momento do retorno para o CPP. QUE nada mais foi dito ou perguntado, encerrando o presente Termo.

_____ prontuário nº 31759, filho de Maria _____, que sabe ler e escrever, detentor dos benefícios de trabalho externo e saídas temporárias, que atualmente não está exercendo nenhuma atividade laboral; condenado à pena de reclusão de _____ anos, _____ meses e _____ dias; QUE adentrou o CPP no dia _____ oriundo da PDF-II.


PRESIDENTE DO TERMO: _____

DEPOENTE: _____

AJUDANTE DO TERMO: _____

_____ usufruto de saídas temporárias. O sentenciado acima qualificado informa que reside no mesmo endereço desde quando foi preso, cito qual _____; QUE antes de ser preso residia no "_____"; QUE nenhum parente reside no antigo endereço; QUE saiu na saída especial do dia das mães de _____ e permaneceu no endereço atual até o momento do retorno para o CPP. QUE nada mais foi dito ou perguntado, encerrando o presente Termo.

ANEXO Q – Certidão de justificativa – Ofício para a UNAF

 **TJDF** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
VARA DE EXECUÇÕES PENAS DO DF

Autos nº
(Processo antigo nº)
Execução da Pena
Exequente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
Executado:

Certidão

Certifico e dou fé que deixei de proceder à expedição de ofício à Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias - UNAF, considerando a informação fornecida pela servidora [REDACTED], Supervisora da Seção Psicossocial desta VEP, de que a UNAF não recebe pessoas em dias alternados, apenas pessoas que fiquem abrigadas continuamente, sendo que o prazo máximo para permanência é de 90 (noventa) dias.

Distrito Federal, 6 de Julho de 2015.

[REDACTED]
[REDACTED]
TECNICO JUDICIARIO
[REDACTED]

ANEXO R – Certidão informativa**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

VEP

Vara de Execuções Penais

Seção Psicossocial (SEVEP)

SRTVS Quadra 701 – Lote 8 - Bloco N – 3º Andar – Sala 302 – Brasília/DF – CEP: 70.340-903

Telefones: (61)3103-1531 Fax: (61)3103-0684

Certidão nº:
Processo N.º
Sentenciado:
Filiação:


CERTIDÃO

Certifico e dou fé que o sentenciado em epígrafe se encontra recolhido no Centro de Progressão Penitenciária – CPP, desde [REDACTED]. De acordo com informações do NUVIG/CPP, ele apresentou comprovante de residência com o endereço [REDACTED]

[REDACTED] e **usufruiu de sua última saída no dia** [REDACTED]. Sendo assim, devolvemos os autos sem análise da Seção Psicossocial da VEP. Aguardamos novas determinações deste Juízo.

Brasília/DF, [REDACTED]

ANEXO S – Decisão judicial – Deferimento de Saídas Temporárias

 **TJDF** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
VARA DE EXECUÇÕES PENAS DO DF

Autos nº [REDACTED]
(Processo antigo nº [REDACTED])

Decisão Interlocutória

Autos nº [REDACTED] - Processos Apensos: [REDACTED]

DEFERIMENTO DE SAÍDAS TEMPORÁRIAS

Vistos etc.

Trata-se de pedido de saídas temporárias formulado pelo(a) sentenciado(a) [REDACTED], filho(a) de [REDACTED] e de [REDACTED]

O(a) interno(a) reparou de sua pena o tempo necessário e possui condições subjetivas para concessão do benefício.

O Ministério Público manifestou-se nos autos.

Pelo exposto, com fulcro no art. 123 e 124 da L.E.P., **concedo ao(à) sentenciado(a) AUTORIZAÇÃO PARA SAÍDAS TEMPORÁRIAS**, observado o limite legal de 35 (trinta e cinco) dias ao ano, no máximo, conforme escala a ser elaborada pelo Diretor do Estabelecimento no qual cumpre pena, sujeitando-se às seguintes condições:

1. Não praticar fato definido como crime;
2. Não praticar falta grave;
3. Recolher-se à sua residência (cujo endereço deverá ser comprovado previamente e mantido atualizado junto ao estabelecimento penal, sob pena de não ser permitida a saída) até às 18:00 horas, podendo, durante o dia, transitar, sem escolta, no território do Distrito Federal, para o cumprimento das atividades que concorram para seu retorno ao convívio social;
4. Ter comportamento exemplar;
5. Manter bom relacionamento com os familiares e a comunidade em geral;
6. Não ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de entorpecentes;
7. Não freqüentar prostíbulos, bares, botequins ou similares;

Documento não assinado digitalmente

ANEXO S – Decisão judicial – Deferimento de Saídas Temporárias (continuação)

TJDFT

Documento não assinado digitalmente

8. Não andar na companhia de outros internos ou ex-internos, de quaisquer estabelecimentos prisionais;
9. Não portar armas de quaisquer espécies;
10. Não se ausentar do Distrito Federal sem prévia autorização deste Juízo;
11. Fornecer informações aos órgãos ou entidades encarregadas da fiscalização das presentes condições;
12. Portar documentos pessoais, dentre eles uma cópia da presente decisão;
13. Retornar ao estabelecimento nos dias e horas determinados.



Ao Diretor do Estabelecimento Prisional ou quem o represente caberá remeter cópia da escala mensal, a este Juízo e ao Ministério Público, no prazo de 20 (vinte) dias.

P.R.I.

Distrito Federal,

JUIZ(A) DE DIREITO SUBSTITUTO(A) DO DF

ANEXO T – Relatório anexado ao Processo 3

	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal Subsecretaria do Sistema Penitenciário Penitenciária Feminina do Distrito Federal	 GDF Governo do Distrito Federal
---	---	--

PACIENTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____

RELATÓRIO MÉDICO

Paciente, 70 anos, portadora de Cardioapta Isquêmica com IAM e Angioplastia no passado, associada à Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) de difícil controle e Diabetes Melitus (DM) insulino dependente compensada no momento. Recebe dieta compatível para o quadro e segue avaliada pela Clínica Médica conforme protocolos. Apresenta descompensações frequentes da HAS relacionado provavelmente ao ambiente insalubre do local. Aguarda avaliação pela Cardiologia e realização de ecocardiograma para complementação diagnóstica e seguimento. Seguirá sendo acompanhada pela Equipe de Saúde desta Unidade Prisional em conjunto com centro de referência quando necessário.

Medicações de uso rotineiro, parte da medicação é fornecida pela família por não ser fornecida pelo SUS - DF:

Diamicrom MR 30 mg 2cp/dia,
Metformina 850 mg 2cp/dia,
AAS 100 mg/dia,
Propanolol 40 mg 12/12h,
Losartana 50 mg 12/12h,
Sinvastatina 20 mg/dia,
Natrili SR 1,5 mg/dia,
Vastatrel MR 20 mg/dia,
Sustrate 10 mg 12/12h,
Insulina 20 UI/manhã e 10 UI/noite.

de maio de 2013.

ANEXO U – Requerimento do Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE EXECUÇÕES PENAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE
EXECUÇÕES PENAS DO DISTRITO FEDERAL.

Sentenciada: [REDACTED]

MM. Juiz,


O Ministério Público recebeu, em [REDACTED], durante visita à
Penitenciária Feminina do Distrito Federal - PFDF, pedido da sentenciada
[REDACTED] de atendimento médico, eis que a mesma possui 70 (setenta)
anos de idade e passa por sérios problemas de saúde. Pelo que este órgão requer seja o
presente pedido anexado ao processo de execução da interna e posterior abertura de
vista a este órgão.

Brasília, [REDACTED]

[REDACTED]

Promotora de Justiça [REDACTED]

ANEXO V – Parecer do Ministério Público


MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Processo nº [REDACTED]
Sentenciado: [REDACTED]

MM. Juiz,

Ciente de fls. [REDACTED] e seguintes.

Inicialmente, quanto ao pedido de fl. [REDACTED] o Ministério Público pugna que seja oficiado ao estabelecimento prisional, solicitando-se as certidões de dias remidos, por período de estudo, eventualmente existentes.

Diante das considerações formuladas no relatório médico de fl. [REDACTED], o Parquet oficia pela realização de perícia médica pelo IML, pugnando que sejam respondidos os seguintes quesitos:


- 1) O sentenciado está acometido de doença grave?
- 2) A doença que o acomete é permanente?
- 3) O sentenciado apresenta grave limitação de atividade e restrição de participação?
- 4) O sentenciado exige cuidados contínuos que não possam ser prestados no estabelecimento penal?

Brasília, [REDACTED]

[REDACTED]

Promotora de Justiça

ANEXO W – Decisão mandando agendar a perícia médica

 **PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO DF

VERIFI. 172
TJDFT

Autos nº [REDACTED]
(Processo antigo nº [REDACTED])

DECISÃO

Executada : [REDACTED], filho de [REDACTED] e [REDACTED]

Registro Criminal: [REDACTED]

Dê-se vista à Defesa com relação ao relatório de fl. 176.

Oficie-se ao estabelecimento prisional, com cópia de fl. 173, solicitando informações quanto à conclusão do ensino fundamental, pela apenada, no curso do cumprimento da pena, bem como a remessa do respectivo certificado, se for o caso.

Sem prejuízo, oficie-se ao IML solicitando a submissão da apenada a perícia médica, com o objetivo de verificar se estão preenchidos os requisitos exigidos para a concessão de indulto, nos termos do art. 1º, XI, do Decreto n. 8.7172/2013.

Encaminhem-se os quesitos formulados pelo Ministério Público.

Após, intime-se a Defesa para que, querendo, formule quesitos a serem respondidos pelo *expert*, os quais deverão ser encaminhados àquele Instituto, se for o caso.

Com a juntada do laudo, dê-se vista às partes para manifestação.


Distrito Federal, [REDACTED]

[REDACTED]

JUIZ(A) DE DIREITO SUBSTITUTO(A) DO DF

ANEXO X – Parecer do Ministério Público

VEP/FL. /
Rubrica:


MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÕES PENAS

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS
DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**

Processo: _____
Sentenciada: _____

MM Juiz,

Trata-se os autos de pedido formulado pela Defensoria Pública do Distrito Federal (fls. _____) para que seja deferido, em carácter provisório, a prisão domiciliar à sentenciada, até que seja realizado o exame pericial, para fins de possível indulto humanitário.

Em suma, sublinhou que, conforme laudo médico de fl. _____, é necessário dar celeridade ao quadro ante o o risco cardiovascular apresentado pela paciente.

Mencionou, outrossim, o princípio da isonomia, uma vez que fora concedida, em outra oportunidade, ao sentenciado _____ a prisão domiciliar.


É o relato.

A controvérsia circunvolve-se acerca da possibilidade, *ad cautelam*, da concessão da prisão domiciliar à sentenciada, diante do seu estado de saúde.

Ocorre que, conforme faz ver o art. 117 da Lei de Exceções Penais, é possível a o deferimento, em carácter **definitivo**, da prisão domiciliar ao sentenciado **maior de 70 (setenta) anos**. Tal questão retrata o

ANEXO X – Parecer do Ministério Público (continuação)

VEP/FL 16
Rubrica: /


MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÕES PENAS

caso dos autos, vez que a interna, nascida em , possui mais de 70 (setenta) anos.

Lado outro, numa análise atenta dos relatórios médicos, depreende-se que a paciente, com 70 (setenta) anos de idade, é portadora de Cardiopatia Isquêmica com IAM e Angioplastia no passado, associada à Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS de difícil controle e Diabetes Melitus (DM) (fl.), aguardando avaliação pela Cardiologia e realização de ecocardiograma para complementação diagnóstica desde

Em razão do agravamento do quadro, fora determinada a realização de perícia médica com o escopo de subsidiar eventual indulto humanitário (fl.).

Entretanto, conforme relatório médico de fl. , solicitada avaliação pela Cardiologia, MAPA e Ecocardiograma para avaliação da necessidade de novo cateterismo, é necessário dar celeridade ao quadro pelo risco cardiovascular apresentado pela paciente.

Dos autos observa-se que não há data agendada para a respectiva perícia médica, de sorte que, com base no poder geral de cautela e pelo fato da paciente ser maio de 70 (setenta) anos, faz-se necessária a concessão da prisão domiciliar, em carácter definitivo.


Vale registrar, outrossim, que, consoante relatório de fl. , a reeducanda apresenta descompensações frequentes da HAS relacionado provavelmente ao ambiente insalubre do estabelecimento prisional.

É que a própria vida da sentenciada não pode, e nem deve, ficar à disposição da burocracia do Poder Público para realização da perícia médica, sob pena consequência irreversíveis, como o próprio óbito.

A própria dignidade humana, *in casu*, não pode ser relativizada.

ANEXO X – Parecer do Ministério Público (continuação)

VER/FL. /
Rubrica: /


MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE EXECUÇÕES PENAS



Do que foi exposto, o Ministério Público **oficia** pela **concessão, em caráter definitivo, da Prisão Domiciliar à interna** **[REDACTED]**, **com fundamento no art. 117, inciso I, da Lei de Execuções Penais.**

Brasília, [REDACTED]

[REDACTED]

Promotora de Justiça
MPDFT

ANEXO Y – Decisão concedendo Prisão Domiciliar Especial

 **PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
VARA DE EXECUÇÕES PENAS DO DF 

Autos nº _____
(Processo antigo nº _____**)**

Decisão Interlocutória

Vistos etc.

_____, filho de _____ e _____
_____, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, formulou
pedido de concessão de Prisão Domiciliar tendo em vista ser portadora de doença grave.

A requerente foi condenado à pena total de _____ anos e _____ meses de reclusão,
pela prática dos crimes previstos nos arts. _____ da Lei n. 11.343/2006.

Consta dos autos que a apenada é portadora de Diabetes Melitus Insulino-
dependente de difícil controle, bem como de cardiopatia isquêmica, encontrando-se na
PFDF aguardando avaliação com relação à necessidade de realização de cateterismo.

Foram juntados aos autos relatórios médicos emitidos pela equipe de saúde
da PFDF que demonstram o tratamento e o acompanhamento médicos necessários.

Instado a se manifestar, o i. representante do Ministério Público oficiou pela
concessão da prisão domiciliar, considerando seu estado de saúde, bem como a falta de
estrutura do sistema prisional em prover o acompanhamento médico necessário.

Relatado, passo a fundamentar e decidir:

Não se pode olvidar, diante da ampla demonstração nos autos, que a
apenada está acometida de doença grave e irreversível e que seu estado de saúde
demanda tratamentos constantes e especializados, bem como de alimentação especial e
diferenciada.

Como é de conhecimento geral, os estabelecimentos prisionais não dispõem
de recursos e meios necessários para tratamento de doenças mais complexas como o
caso requer.

A enfermidade da sentenciada demanda acompanhamento de especialistas
nas áreas de saúde não disponíveis nas equipes citadas, o que ocasionará inevitáveis e
constantes encaminhamentos da apenada à rede pública hospitalar mediante escolha.

Negar o direito esculpido pontualmente no art. 117, II da LEP à sentenciada

Documento não assinado digitalmente - 18:17 - 1 / 6

ANEXO Y – Decisão concedendo Prisão Domiciliar Especial (continuação)

é, por via reflexa, desconsiderar o princípio da individualização da execução da pena; é decidir ao arrepio do princípio basilar da dignidade da pessoa humana e, sobretudo, vender-se a realidade de que sem o devido acompanhamento médico e alimentação adequada, a própria vida da apenada poderá restar comprometida.

Ademais, o art. 5º, inciso XLIX, da Carta Magna e o art 38 do Código Penal asseguram o respeito à integridade física e moral do sentenciado, o que constitui direito fundamental, tais como o direito à vida, à saúde etc.

Nesse sentido, os Tribunais e as Cortes Superiores têm entendido e aplicado os dispositivos legais, vejamos:

VARA DE EXECUÇÕES PENAS. INTERNO ACOMETIDO DE DOENÇA CARDÍACA GRAVE E PERMANENTE. REGIME FECHADO. INDULTO HUMANITÁRIO COM BASE NO DECRETO PRESIDENCIAL N. 6708/2008. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. PRISÃO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE DE TRATAMENTO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. INDEFERIMENTO. RECURSO DE AGRAVO. NÃO PROVIMENTO.

1. O Decreto n. 6.708/08 exige, cumulativamente, em seu art. 1º, VII, "b", para a concessão do indulto humanitário, que o sentenciado seja acometido de doença grave permanente, apresentando incapacidade severa, com grave limitação de atividade e restrição de participação.

2. No caso dos autos, embora presente a grave e permanente enfermidade, há laudo oficial atestando que o preso não apresenta incapacidade severa nem limitação de atividade ou restrição de participação, tanto que está classificado para o trabalho no presídio e desempenha sem nenhuma limitação as atividades laborativas, conforme relatório médico não impugnado.

3. O art. 117, da Lei de Execução Penal somente admite a prisão domiciliar nos casos de execução da pena privativa de liberdade em regime aberto. Além disso, é indispensável a demonstração cabal de que o condenado esteja acometido de doença que exija cuidados especiais, insuscetíveis de serem prestados no local da prisão ou em estabelecimento hospitalar adequado.

4. **Em situações graves e excepcionalíssimas, a jurisprudência admite a concessão de prisão domiciliar para condenados em regime fechado, mas somente quando comprovada a impossibilidade da assistência médica no estabelecimento prisional em que cumprem sua pena os internos portadores de doenças graves.**

5. Recurso de Agravo conhecido e não provido, para manter o indeferimento do indulto humanitário e da prisão domiciliar.

(20100020036097RAG, Relator

Turma Criminal, julgado em 05/08/2010, DJ 18/08/2010 p. 161)

, 2ª

ANEXO Y – Decisão concedendo Prisão Domiciliar Especial (continuação)

Documento não assinado digitalmente

STF e impõe seja a prisão domiciliar deferida, pena de violação do princípio da dignidade da pessoa humana [artigo 1º, inciso III da Constituição do Brasil]. Ordem concedida.
 (HC 98675, Relator(a): Min. , Segunda Turma, julgado em 09/06/2009, DJe-157 DIVULG 20-08-2009 PUBLIC 21-08-2009 EMENT VOL-02370-05 PP-01023 RTJ VOL-00211- PP-00483 RT v. 98, n. 889, 2009, p. 546-550 RSJADV out., 2009, p. 60-62) .

Cumpre salientar, ainda, que a recente alteração do Código de Processo Penal ocasionada pela Lei n. 12.403/2011 incluiu a possibilidade de se substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa com deficiência (art. 318, III do CPP). Tal dispositivo vai ao encontro da hipótese em análise e da jurisprudência colacionada, uma vez que a prisão preventiva é análoga ao regime fechado, restando portanto evidenciada a possibilidade de concessão de prisão domiciliar neste caso.

Tem-se que um princípio não determina os requisitos ou condições que tornam sua aplicação necessária. Ao contrário, estabelece uma razão (fundamento) que impele o intérprete seguir apenas numa direção. Daí acontecer que um princípio, numa determinada situação, e frente a outro princípio, não prevaleça, o que não significa que ele perca a sua condição de princípio, que deixe de pertencer ao sistema jurídico.

Por seu turno, as regras, ao contrário dos princípios, são aplicáveis na forma do tudo ou nada. Presentes os fatos ou condições por ela estabelecidos, ou a regra será válida e, em tal caso, deve-se aceitar a consequência que ela fornece; ou a regra será inválida e, em tal caso, não influi sobre a decisão.

Desta primeira diferença decorre uma outra: os princípios possuem uma dimensão de peso ou de importância que as regras não têm. Quando os princípios conflitam, é necessário para resolver a questão ter em consideração o peso relativo de cada um.


Ao contrário, as regras não possuem esta dimensão. Não podemos afirmar que uma regra é mais importante do que uma outra dentro do sistema jurídico, no sentido de que, se duas regras colidem, uma prevalece sobre a outra em virtude de seu maior peso.

Assim, se duas regras colidem, então uma delas não pode ser válida. Em consequência, cada sistema jurídico possuirá meios que possibilitem regular e decidir tais conflitos. A este conflito a doutrina denomina antinomia, que são resolvidas, por exemplo, pelos critérios: cronológico - lex posterior derogat priori; - hierárquico - lex superior derogat inferior; - da especialidade - lex specialis derogat generali.

Acrescenta-se ainda que no caso em comento não se pode definir ou confundir o instituto da prisão domiciliar com um beneplácito em que o sentenciado desfruta ao seu alvedrio. Na verdade é uma modalidade de prisão em que há condições a serem rigorosamente seguidas e cumpridas sob pena de revogação do benefício. Cláusulas estas que devem harmonizar com a situação da apenada e em favor da

Documento não assinado digitalmente
18.17
5 / 6

ANEXO Y – Decisão concedendo Prisão Domiciliar Especial (continuação)

 Documento não assinado digitalmente

segurança e da sociedade.

Do exposto, com base no art. 117, II da Lei 7.210/84, art. 38 do Código Penal e art. 5º, inciso XLIX da Constituição Federal, respaldado ainda no princípio Magno da Dignidade da Pessoa Humana e no específico princípio da Individualização da Execução da Pena, **DEFIRO A PRISÃO DOMICILIAR à sentenciada**, em caráter excepcional.


Expeça-se alvará de soltura.

Sem prejuízo, intime-se a sentenciada para realização de audiência admonitória.

Após, encaminhem-se os autos à Seção Psicossocial da VEP, para ciência e acompanhamento, devendo ser elaborado relatório bimestral.

P.R.I.


/ Distrito Federal.



JUIZ(A) DE DIREITO SUBSTITUTO(A) DO DF

Documento não assinado digitalmente 18:17 6 / 6

ANEXO Z – Relatório do Processo 3

 **TJDFT** Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

EP/FL: 207
Rubrica C.

VEP
Vara de Execuções Penais
Seção Psicossocial (SEVEP)
SRTVS Quadra 701 – Lote 8 – Bloco N – 3º Andar – Sala 302 – Brasília/DF – CEP: 70.340-903
Telefones: (61)3103-1531 Fax: (61)3103-0684

Relatório Informativo n.º [REDACTED]
Processo n.º: [REDACTED]
Sentenciada: [REDACTED]
Filiação: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED]
Telefone: [REDACTED]

Senhor Juiz,

Em atenção à decisão à fl. (verso) dos autos informamos que em [REDACTED], entrevistamos nesta Seção a Sra. [REDACTED], que estava acompanhada da filha [REDACTED], para acompanhamento da Prisão Domiciliar Especial.

Na entrevista esclarecemos à sentenciada necessidade de apresentação bimestral dos comprovantes de tratamento de saúde em atendimento agendado nesta Seção, assim como as condições da Prisão a que está submetida.

A Sra. [REDACTED] apresentou receita dos medicamentos que utiliza e disse que irá iniciar o acompanhamento em posto de saúde próximo a sua residência. Relatou que utiliza insulina injetável duas vezes por dia. Disse que possui hipertensão arterial, diabetes, labirintite e doenças na coluna.

Informou que mora no endereço em epígrafe com o esposo de 73 anos de idade, que é aposentado assim como a Sra. [REDACTED]. Recebem também aluguel de comercio na frente do lote que residem. Moram ainda no mesmo local, mas em casa separada, a filha [REDACTED], o esposo desta e três filhos. Ressaltou que o filho [REDACTED] e a filha [REDACTED] continuam presos.

Orientamos à filha da sentenciada, Sra. [REDACTED] que consultasse à Defensoria Pública quanto à possibilidade de concessão de prisão domiciliar definitiva, pelo fato de sua mãe possuir 71 anos de idade.

Ressaltamos que o próximo atendimento nesta Seção para acompanhamento da Prisão Domiciliar está agendado para [REDACTED].

Assim, submetemos o presente relatório à apreciação de Vossa Excelência.

Brasília, [REDACTED]